



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 11/X-1º/2009-10

1 - Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Trafaria, sitas na Praceta dos Bombeiros Voluntários, na Trafaria, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----

3 - Período da Ordem do Dia.-----

3.1 - Constituição das Comissões Especializadas Permanentes.-----

3.2 - Designação de dez Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.-----

3.3 - Designação de quatro Cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada.-----

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de "Alteração do Regulamento dos Mercados Municipais".-----

3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal de "Documentos de Prestação de Contas referentes a 2009".-----

3.6.1 - "Relatório e Conta de Gerência de 2009 e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município".-----

3.6.2 - "Relatório e Conta de Gerência de 2009 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS".--

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Contratualização de um Empréstimo no Valor Máximo de 10 Milhões de Euros".-----

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Revisão Orçamental dos SMAS".--

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----

3 - Não se registaram faltas de Deputados Municipais à reunião.-----

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; José Augusto Tavares Oliveira; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; António José Pinho



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira; Henrique Mesquita Pires;-----

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento:-----

4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:-----

-O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 935/X-1º), (**Conforme ANEXO I**).-----

-O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 911/X-1º), (**Conforme ANEXO II**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 920/X-1º), (**Conforme ANEXO III**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Elisabete Peres Pereira, com Ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 926/X-1º), (**Conforme ANEXO IV**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com Ausência nos dias 29 e 30 de Abril, (Ent. nº 942/X-1º), (**Conforme ANEXO V**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 943/X-1º), (**Conforme ANEXO VI**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 944/X-1º), (**Conforme ANEXO VII**).-----

-O Sr. Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 945/X-1º), (**Conforme ANEXO VIII**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência nos dias 29 e 30 de Abril, (Ent. nº 921/X-1º), (**Conforme ANEXO IX**).-----

-O Sr. Deputado Municipal Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, com Ausência no dia 29 de Abril, (Ent. nº 877/X-1º), (**Conforme ANEXO X**).-----

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés e por impedimento do cidadão José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XI e XII**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês e por impedimento da cidadã Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XIII e XIV**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. Henrique Rosa Carreiras, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Hélder de Jesus Dias Viegas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XV**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.º Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, da eleita Sr.ª Elisabete Peres Pereira e por impedimento dos cidadãos Maria Amélia Nascimento Quaresma; Luís António de Matos Vicente e Margarida Santos Serafim, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XVI, XVII, XVIII e XIX)**.-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Carlos Alexandre de Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, da eleita Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e por impedimento dos cidadãos José Mário Castelhana Ferreira e Fernanda Maria Amaro Tavares, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XX, XXI e XXII)**.-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Sérgio Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência nos dias 29 e 30 de Abril, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XXIII)**.-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XXIV)**.-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Vitor Manuel dos Santos Castanheira e por impedimento da cidadã Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XXV e XXVI)**.-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril do eleito João Francisco Ludovico da Costa, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XXVII)**.-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência nos dias 29 e 30 de Abril, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS XXVIII e XXIX)**.-----
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica, do Pragal e do Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. Manuel de Passos Pacheco Simões, Sr. Miguel Simão Ramalhete da Costa Rodrigues e Sr. Brás Marcos Mira Borges, respectivamente, **(Conforme ANEXOS XXX, XXXI e XXXII)**.-----
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 5.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José F. Duarte Jerónimo, morador na Rua de Tanger, nº 10 - 2805-051 Almada.-----
- 5.1.1 - O Exm.º Senhor Município José F. Duarte Jerónimo:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ontem a minha intervenção foi interrompida quando estava a falar do centro Cívico e Terciário da Cova da Piedade, designadamente nas contradições que existiam com a Carta de Leipzig, vou continuar a intervenção.-----

Sobre esta contradição do Centro Cívico e Terciário da Cova da Piedade com a Carta de Leipzig, tive a oportunidade, em 1 de Julho de 2008, de escrever uma carta à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, que não lhe mereceu, até à data, qualquer resposta.-----

Posteriormente a esta carta, tive conhecimento da declaração de voto de vencido, da Vereação do Partido Socialista, na aprovação deste projecto, em reunião da Câmara Municipal de Almada, realizada em 18 de Junho de 2008.-----

Nesta declaração de voto são denunciadas várias enfermidades de ordem técnica, e estranha-se que seja um grupo económico privado (o Grupo Auchan) a propor a localização dos Paços do Concelho e restantes órgãos municipais.-----

O avanço deste projecto será o golpe mortal na cidade, com a agravante de inviabilizar as medidas correctivas que era prementes ser tomadas.-----

Sobre a adjudicação, por ajuste directo, dos projectos de especialidades e arquitectura, do Centro Cívico e terciário da Cova da Piedade.-----

Da declaração de voto da Vereação Socialista, atrás referida, extrai-se também a conclusão de ilegalidade da adjudicação, por ajuste directo, no valor de cerca de 1 milhão e 700 mil euros, dos projectos de especialidades e arquitectura, com fundamento em direitos de autor, por a escolha do arquitecto já ter sido efectuada pelo grupo Auchan.-----

Consta que este projecto foi antecedido dum Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e o Grupo Pão de Açúcar, a que sucedeu o Grupo Auchan, definindo as condições para a respectiva aprovação e as respectivas responsabilidades de cada uma das partes.-----

Ora, como se vê pela fundamentação do ajuste directo, este Protocolo reveste a figura de um contrato, estabelecendo encargos financeiros para o Município, com consequências de quebras procedimentais, que, assim sendo, deveria ser precedido de visto do Tribunal de Contas, face aos valores que estarão envolvidos.-----

Estamos perante uma flagrante violação do Código dos Contratos Públicos, pretendendo a Câmara Municipal de Almada invocar compromissos assumidos, sem os sujeitar a apreciação da entidade jurisdicional, e, assim, tornear as suas obrigações legais.-----

Sobre a publicação do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e o Grupo Pão de Açúcar.-----

A forma como se tem desenvolvido o projecto do Centro Cívico e terciário da Cova da Piedade, fruto de negociações entre a CMA e o Grupo Pão de Açúcar/Grupo Auchan, não permitem conhecer do mérito que lhe poderá estar associado.-----

Mais estranho ainda é o facto dos Vereadores das forças políticas da oposição, apenas saberem da sua existência, desconhecendo os seus termos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A transparência é uma exigência essencial da Democracia.-----

Neste projecto não se vê a materialização desse requisito, pelo que se solicita que seja tornado público o referido Protocolo.-----

Sobre o valor total que se prevê suportar, pelos cofres do Município, com este projecto.-----

Considero que é elementar conhecerem-se os valores envolvidos em todos os projectos que a Câmara Municipal de Almada pretenda concretizar, por forma a que se perceba como estão a ser consumidos os recursos financeiros, que em grande parte, são os munícipes que os proporcionam.-----

Numa cidade tão carenciada de intervenções da Câmara Municipal de Almada, o valor envolvido é relevante, para uma correcta avaliação das opções tomadas pelo executivo.-----

Sobre as restrições de circulação automóvel, no eixo central de Almada.-----

O estado actual da cidade de Almada, particularmente o seu centro, deserto, sem qualquer atractividade, necessita de alterações urgentes.-----

A insegurança dos residentes naquela zona da cidade aumentou. As actividades económicas estão em franco declínio.-----

Implementou-se um plano de mobilidade, que, em vez de melhorar as acessibilidades, quebra a espinha dorsal do centro da cidade, criando uma pseudo zona pedonal, que, estou convicto, só por falta de humildade de alguns autarcas, ainda se mantém, pois é amplamente reconhecida a sua irracionalidade.-----

Face ao exposto, renovo a solicitação a esta Assembleia, para que seja deliberado o seguinte:-----

- a. Que o projecto do Centro Cívico e terciário da Cova da Piedade, seja revisto à luz da Carta de Leipzig;-----
- b. Que seja revogada a adjudicação, por ajuste directo, dos projectos de especialidades e arquitectura, do Centro Cívico e terciário da Cova da Piedade;-----
- c. Que seja público o Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e o Grupo Pão de Açúcar;-----
- d. Que seja público qual o valor total que se prevê suportar, pelos cofres do Município, com este projecto;-----
- e. Que sejam eliminadas as restrições de circulação automóvel, no eixo central de Almada."-----

5.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José António Costa Pereira, morador na Rua dos Bem-vindos às Quintinhas, Lote 10 - Vale Cavala - 2820-291 Charneca de Caparica.-----

5.2.1 - O Exm.º Senhor Município José António Costa Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

No final do Mandato anterior eu tive oportunidade de estar nesta Assembleia e fazer um momento de reflexão conjunto acerca de alguns projectos que decorrem no nosso Concelho e nomeadamente da construção da estrada ER 377-2 e do IC32, onde eu disse que de facto consultando os documentos na Estradas de Portugal, verifiquei que os documentos referentes à fase de execução destas obras, uma delas o IC32, não respeitava a via, e havia graves atropelos às questões ambientais previstas e às



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

questões patrimoniais. Alertei os presentes para que em situações futuras em que tenhamos que votar situações de projectos tenhamos a obrigação de nos fornecer, quem de direito, que nos pede para aprovar projectos toda a documentação para depois não termos situações escandalosas como esta que está a acontecer agora. O IC 32 está a avançar, a via não está a ser respeitada, a Sr.^a Presidente na altura em que eu chamei a atenção comprometeu-se a preservar o património da Cruz dos Jesuítas, dos Quarenta Mártires das Canárias por lá. Eu continuo à espera de uma resposta sobre estas questões e gostaria que hoje aqui todos tomássemos essa iniciativa e poderemos perceber um pouco o que é que já foi feito desde Julho do ano passado até este momento. Por outro lado, e relativamente à Estrada ER 377-2, na altura a Estradas de Portugal não tinham o estudo da análise da viabilidade ambiental deste eixo rodoviário, considerado tão importante no desenvolvimento do Programa Polis mas em que os documentos mostravam claros atropelos àquilo que foi a DIA, claros atropelos àquilo que é a protecção ambiental. E eu gostaria de conhecer qual é a posição da Câmara Municipal de Almada relativamente à ER 377-2, porque de acordo com a Comunicação Social que temos tido acesso, a Estradas de Portugal encetaram um estudo para percebermos a situação da viabilidade ambiental da ER 377-2, e até agora eu não sei qual é a posição da Câmara de Almada nestes domínios. Por outro lado, tentando roubar mais tempo a todos, eu só queria chamar a atenção de uma coisa importante, na verdade o próprio Ministro da Agricultura num pedido que foi feito no Parlamento o ano passado sensivelmente por esta data em que a Câmara de Almada tendo demanda com os agricultores em sede de justiça no Tribunal de Almada, à revelia dos processos judiciais e não por ordem da sua advogada presente no Tribunal e que representa a Câmara, fez chegar aos Agricultores em pedido, ou melhor, uma indicação clara de despejo. Neste ano estamos a verificar exactamente a mesma coisa. E nós conseguimos um esclarecimento do gabinete do Sr. Ministro da Agricultura, em que se considera essencial a preservação destas terras, em que o próprio Ministro reconhece que não há nenhum documento enviado pela ... relativamente ao Programa PP4 sobre estas matérias. E simultaneamente desconhece de facto o fim daqueles solos de Reserva Agrícola. Este documento do Sr. Ministro, eu deixaria ao Sr. Presidente da Assembleia para que depois os Srs. Deputados possam ter acesso, porque ele está na internet, é um documento público, com a data de 17.12.2009."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Aníbal Augusto Ferreira, morador na Rua São Pedro, nº 4 - 2825-046 Caparica.-----

5.3.1 - O Exm.^o Senhor Município Aníbal Augusto Ferreira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Venho mais uma vez lembrar a Sr.^a Presidente da Câmara, e sua Vereação que a população de Pêra continua a insistir nas suas velhas reivindicações. Começando pelo Transporte Público de Pêra, para a paragem dos autocarros e metro, promessa feita pela Sr.^a Presidente da Câmara nos inícios de Outubro de 2009. Decorridos sensivelmente seis meses, a população espera e desespera. A promessa está por cumprir. A Escola Primária construída na zona da Corvina é um empreendimento de um inestimável valor na área da instrução primária dentro da Freguesia da Trafaria. O que falhou neste contexto foi a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

implementação de acessibilidades que foram esquecidas pelos projectistas e o promotor da obra aqui neste caso a Câmara Municipal de Almada. A população de Pêra vem lembrar à Sr.^a Presidente de Câmara o acesso que serve fundamentalmente a população de Pêra, Funchalinho e Costas de Cão é o arranjo inevitável da estrada do Ribeiro. A população daquela zona faz aqui uma comparação que acho muito justa e foi mostrar aqui uma fotografia dos Silos há trinta anos atrás, nos anos oitenta em que foram construídos, que os projectistas contaram apenas com o acesso pela via marítima para descarregamento de cereais e não contou com os acessos por terra para escoamento do produto que era ali desembarcado. Aqui aconteceu praticamente o mesmo sistema. Venho repetir o que já tenho repetido várias vezes, a sustentabilidade das barreiras na estrada de Pêra é uma situação premente que carece de especial atenção por parte dos responsáveis autárquicos. Também em repetição por várias vezes, existe quatro paredes numa escarpa que suponho foram construídas por pessoa inconsciente que põe em risco as pessoas que entram e que saem de Pêra. Num caminho de terra batida que dá acesso da Rua do Moinho para a Rua Salgueiro Maia e vice-versa, ameaça ruir. As três situações questionam o Sr. Vereador Jorge Martins que parece estar presente e duas técnicas do serviço da Câmara Municipal tomaram conhecimento da situação no próprio local em data oportuna. Prometeram analisar a situação e procurar a solução mais adequada. Até à presente data sem sucesso. Todos os problemas levantados nesta petição, fico a aguardar uma solução eficaz por parte da Sr.^a Presidente da Câmara e sua Vereação para bem da população de Pêra."-----

5.4 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Maria Carolina R. de Silva Santana, moradora na Quinta Bento Patola - Terras da Costa - 2825-412 Costa da Caparica.-----

5.4.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Maria Carolina R. de Silva Santana:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Repetindo-se a história de há um ano, as máquinas e o pessoal da Câmara Municipal de Almada com o apoio da GNR prepara-se de novo para tomar conta das terras de uma família de agricultores nas terras da Costa da Caparica. Com o total desrespeito pelas Leis do País, pela Justiça Portuguesa, pela protecção da liberdade e da segurança das pessoas e dos seus bens. Isto acontece a partir do dia de hoje, logo após o 25 de Abril. Depois de ilustres discursos de pompa e circunstância proferidos pelos responsáveis do Governo e pela Autarquia Almadense, importa que a população almadense e os portugueses conheçam a verdade e as reais intenções da Autarquia, que em nome do desenvolvimento não sustentado, hipoteca os nossos poucos recursos naturais e o futuro das pessoas que naquelas terras trabalham e vivem bem como das gerações vindouras que poderiam usar este recurso. De novo e volvido um ano, foi feita uma notificação à família do rendeiro Américo, onde os Fiscais da Câmara Municipal deram cinco dias para desocupar as terras a favor da Autarquia. Informada a Brigada de Fiscalização que devia entregar a documentação ao advogado mandatário Dr. António Ferreira, com escritório na Cova da Piedade e não ao próprio rendeiro, o mesmo não aconteceu até à data. Na verdade, a mesma Brigada e com Mandato para o fazer deu verbalmente ordem de despejo ao rendeiro Américo e estando ele a trabalhar nas terras. Estas tomadas de posição à revelia da jurisprudência não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dignificam a Câmara de Almada que deve estar obrigada a respeitar as decisões dos Tribunais e o Estado de Direito em que nós vivemos. A Câmara Municipal de Almada como é do conhecimento público tem uma demanda com os rendeiros em sede de justiça no Tribunal de Almada, onde estão em apreciação e posterior julgamento vinte e três processos. A Autarquia faz-se representar nestes processos por advogados de um Gabinete de Advogados com sede em Lisboa. Quando assistimos a situações como a descrita para exercer um poder paralelo ao poder judicial, para fazer valer os seus interesses e eventuais direitos, deixa uma imagem triste da instituição em que nada a dignificam. A Câmara Municipal de Almada não está acima da Lei nem do poder judicial e tem que acatar as decisões que serão emanadas pelo Tribunal. Se ainda não existem sentenças acerca dos processos, então há que aguardar as mesmas, que as mesmas sejam proferidas e se proceda à sua execução usando os expedientes previstos pela Lei. Repudiamos completamente a destruição das Terras da Costa e este acto administrativo de atropelo à liberdades e garantias dos cidadãos, apelamos aos Srs. Deputados Municipais que procedam a uma reflexão sobre as Terras da Costa na Caparica, agendando uma Assembleia Municipal Extraordinária só para se discutir esta problemática e não deixar que a demagogia e o livre arbítrio prevaleçam sobre a verdade e observância das Leis. Aqui fica também um pedido aos presentes e particulares, à Sr.^a Presidente da Câmara, para que se tomem as providências necessárias no respeito escrupuloso das Leis e das decisões dos Tribunais, acautelando as tensões sociais, o ambiente de intimidação e até a violência na população nesta área do Concelho de Almada."--

5.5 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Maria Helena Rodrigues Nunes, morador na Avenida da Liberdade, nº 35 - 2º Esq. - 2825-862 Trafaria.-----

5.5.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Maria Helena Rodrigues Nunes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui hoje porque é bom que a Assembleia Municipal passe por todas as Freguesias para que os seus cidadãos possam vir transmitir as suas preocupações a esta Assembleia, e como a Freguesia da Trafaria é bastante participativa continua a ser muito bom que esta Assembleia se realize.-----

Eu venho aqui como cidadã um pouco preocupada com o que se passa aqui na Trafaria em relação às casas degradadas, mas nomeadamente há uma que me torna bastante preocupada e tenho vindo a manifestar a minha preocupação. É uma casa na Rua Isidoro Salgado, que está a ruir, está abandonada já há alguns anos. É um perigo para a população e é um perigo para a saúde pública, quem passa por aquela Rua e junto à casa pode ver pelos buracos naquela casa os sanitários partidos. Assim se vê como está aquele prédio degradado. Penso que isto não vem dar um justo valor à Trafaria, à sua habitação. Penso que a Câmara deveria e poderia mandar isolar este prédio com apoios judiciais, porque o senhorio não se quer servir daquilo, a Câmara tomar uma atitude perante esta situação, porque se um dia aquilo ruir, se alguém se ferir não sei de quem é realmente a culpa. Tem sido já denunciada esta situação por várias vezes.-----

Outra situação que me traz aqui é dar os parabéns à Câmara pelo Protocolo que fez com os Táxis adaptados, atribuindo três licenças aos Táxis adaptados para que possam transportar cidadãos com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

deficiências, cidadãos com vários problemas que não se podiam deslocar das suas casas para hospitais, para um cinema, derivado à sua condição física. Nesse aspecto eu venho agradecer pessoalmente à Câmara por este Protocolo efectuado, porque eu sei que as Companhias de Táxis os Rádios Táxis não queriam que estes táxis andassem a funcionar e foi através destas três licenças que eles hoje em dia estão na rua e ainda há dias quando fui para o Hospital me fiz transportar num táxi desses."-----

5.6 - Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara; os Srs. Deputados Municipais Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, Fernando Pena, José Joaquim Leitão para responderem/esclarecerem os Srs. Munícipes.-----

5.6.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Em cumprimento do Regulamento desta Assembleia passo a informar e esclarecer os Srs. Munícipes sobre as questões colocadas, na medida do possível, neste momento. Queria deixar nota à Sr.^a D. Maria Helena de que o proprietário deste imóvel que acabou de referir se não foi ainda notificado sê-lo-á, a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal acaba de tomar nota da questão que aqui nos trouxe e que agradecemos. É suposto já o ter sido, de qualquer modo vamos verificar e vamos reforçar ou redobrar a atenção de modo a que este proprietário assuma também as suas responsabilidades e não assumindo obviamente a Câmara tem que recorrer às Leis que dispõe para poder mesmo que seja para entaipar portas e janelas, tem que tomar posse administrativa, não é um processo linear, a Câmara tem que respeitar as Leis, tem que cumprir as Leis, não só as decisões dos Tribunais, mas as Leis em tudo aquilo em que está naturalmente sujeita, vivemos de facto num Estado de direito e por isso quer em relação às pequenas coisas, quer às grandes coisas, estamos obviamente com o dever de respeitar e fazemos disso também a nossa prática normal na vida, como o exercício dos cargos públicos que exercemos. Agradeço a palavra de apreço que deixou relativamente ao Protocolo, é de facto um serviço muitíssimo importante, está a cumprir uma missão muito, muito interessante e socialmente muito importante para as populações com dificuldades de locomoção. E portanto também muito obrigada pela atenção como segue o nosso trabalho e pelo apreço com que distingue este protocolo.-----

Em relação às Terras da Costa, quero dizer que as Terras da Costa são esmagadoramente terras agrícolas e como tal permanecerão, mas obviamente que não podemos deixar de ter em consideração a necessidade de em terrenos urbanos abusivamente ocupados quando já eram terrenos urbanos se impeça a criação de fogos de realojamento para famílias que deles também precisam. Portanto, não sei se era disto que a nossa Munição aqui veio falar, mas vai ser construído com certeza um conjunto de fogos de habitação de realojamento que estão equacionados em terrenos urbanos e não agrícolas, naturalmente ocupados com actividades agrícolas quando já eram urbanos. Os Tribunais decidirão, mas as pessoas também precisam ter casa para viver e portanto tendo os assuntos, a sua análise por quem de direito ao nível técnico e jurídico certamente que não podemos deixar de executar aquilo que é um dever nosso também a este nível, a nível da habitação.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queria deixar nota ao Sr. Aníbal Ferreira de que de facto o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, no seguimento de uma ida sua à Câmara a uma reunião pública da Câmara onde foi com a nossa amiga também de Pêra, colocaram um conjunto de questões, deslocou-se a Pêra mesmo, foi lá, foi ter convosco, andou a ver as questões que vos preocupavam e com os serviços encaminhou um conjunto de questões. Também aqui ouviu, naturalmente registou as preocupações que aqui nos foram deixadas, irá fazer ponto de situação das questões aqui trazidas. Portanto foi lá, viu, falou convosco, com os técnicos, etc.. Encaminhou e agora fará a avaliação do resultado desse encaminhamento.-----

Queria dizer que o transporte o tal transporte entre Pêra e a paragem do autocarro é uma realidade, uma promessa cumprida, porque já está adquirido e está a ser adaptado. Eu penso que dentro de algum tempo estas coisas têm as suas exigências, é preciso fazer os concursos, é preciso respeitar as Leis, é preciso avaliar as propostas, é preciso fazer as adjudicações, é preciso respeitar as Leis dos Tribunais de Contas e todas e depois é preciso esperar que a fábrica adapte o veículo para este fim e entregue à Câmara, mas que é uma certeza é uma certeza. Peço-vos é alguma paciência um pouco maior, porque não está na nossa mão, nós não podemos adquirir um veículo como qualquer particular, nós não podemos ir ali ao stand e porque temos dinheiro comprar, não podemos, nós temos que cumprir a Lei e a Lei é muito exigente em termos de burocracia, muita burocracia e muito tempo. Mas é uma certeza absoluta e vocês confirmá-lo-ão logo que o veículo esteja a funcionar ali entre Pêra e a paragem do autocarro. Portanto, palavra dada é palavra cumprida, não é para depois voltar atrás. E mais uma vez volto a agradecer vocês terem lá ido, foram mais do que uma vez e foram pôr os problemas não só os vossos, mas os problemas da população de Pêra, fazendo eco das suas preocupações.-----

Queria deixar aqui nota de que, vamos lá ver se nos entendemos, eu acho que as pessoas que nomeadamente o Sr. José Costa Pereira, é uma pessoa informada, é uma pessoa que conhece as Leis, é uma pessoa que sabe perfeitamente que quer o IC 32, quer a Estrada Regional 377-2, não são projectos municipais. Sabe que estes projectos são das Estradas de Portugal, houve uma concessão à Baixo-Tejo, há projectos que não são feitos pela Câmara e naturalmente que é bom quando falamos disto, não confundamos as pessoas, porque os projectos não são da iniciativa da Câmara, o projecto de execução da Estrada não foi a Câmara que mandou fazer, a Câmara através dos seus técnicos procura acompanhar, colaborar, cooperar para que à medida que os projectos vão sendo feitos se vão identificando os problemas e em sede de projectos os problemas sejam corrigidos, mas depois a Câmara, de acordo com a Lei das Atribuições e Competências tem uma competência que não é de licenciar, a Câmara não licencia obras da Administração Central, mas tem a competência para dar parecer. E a Câmara em relação ao IC 32 começou por chamar atenção das Estradas de Portugal, que era preciso mandar o projecto por inteiro para a Câmara, de modo a que a Câmara emitisse o seu parecer e fez isso. A Câmara assim decidiu, a nossa Vereadora foi entregar em mão, teve uma conversa, passado algum tempo é entregue então por partes o projecto completo, foi feita a avaliação desse projecto em sede de RECAPE porque há várias fases e o Sr. sabe que assim é. Quando o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

projecto está elaborado é que a Agência Portuguesa para o Ambiente e o próprio projectista ou titular da obra, apresentam o projecto para verificação desse mesmo projecto com a DIA, isso chama-se o RECAPE. Nesse contexto a Câmara pronunciou-se e disse quer às Estradas de Portugal, que à APA, que o projecto não respeitava a DIA. E naturalmente chamou a atenção para a necessidade dos devidos ajustamentos. Portanto tudo em ordem, a nossa missão cumprida, com muita atenção, com muita cooperação, porque nós queremos as estradas, se calhar alguns não querem, mas nós queremos as estradas, mas queremos que elas sejam bem feitas, que respeitem o ambiente, que respeitem a declaração de impacte ambiental. Relativamente à 377-2, ainda não chegamos a este patamar, logo que chegemos também assumiremos e não nos vamos distrair, porque nós somos daquelas Câmaras que actuam e não deixamos que as nossas competências não sejam consideradas. Não licenciámos, mas temos que dar parecer, depois podem não aceitar o nosso parecer, isso é outra coisa, podem não aceitar o nosso parecer, mas nós temos a competência de o emitir. Isso está escrito na Lei da Atribuições e Competências e não prescindimos, nem eu nem nenhum dos Vereadores nesta Câmara, porque nomeadamente o IC 32 foi trabalhado em conjunto, foram as decisões tomadas em conjunto e foram todas as nossas decisões tomadas por unanimidade. Estamos muito atentos e em defesa daquilo que é o interesse municipal. É um caso exemplar e penso que vai continuar a sê-lo. Depois queria dizer ao Sr. Jerónimo que não recebi nenhuma carta, disse agora à Sr.^a Vereadora que, veja se por ventura a carta a que o Sr. se refere, se terá sido enviada para o "Planeamento", para o "Urbanismo"?-----
Eu Presidente da Câmara não conheço carta nenhuma, existem milhares de cartas todos os dias a entrar nos serviços da Câmara, não vêm à minha mão todas as cartas, vêm aquelas que têm a ver com as minhas competências directas, no dia-a-dia são encaminhadas para os Serviços, mas vamos procurar perceber essa carta, onde é que está essa carta que encaminhamento teve. Mas queria dizer ao Sr. Jerónimo, com todo o respeito que sempre tenho manifestado por V. Ex.^a que considero que as insinuações e suspeições aqui feitas são de facto graves e é preciso pôr aqui alguns pontos nos is, com toda a frontalidade e com toda a firmeza.-----
A Câmara de Almada é uma Câmara que trabalha com toda a transparência e no respeito pela legalidade. O Protocolo a que o Sr. faz referência parece que agora é que teve conhecimento dele, é um Protocolo que já tem mais de dez anos, ou à volta de dez anos. Foi decidido em Sessão Pública da Câmara, foi formalizado publicamente, foi executado de acordo com o que está escrito. Não foi o grupo económico que vem propor os Paços do Concelho. Uma ilegalidade na adjudicação, absurdo. Todos os processos têm a sua tramitação normal e vão ao Tribunal de Contas. Sr. Município, está num Concelho onde não é política do vale tudo e portanto o projecto sim senhor está a ser feito, está a ser feito o projecto dos Paços do Concelho, do Arquivo Histórico e dos Serviços no âmbito do Ordenamento do Território que está aprovado, que existe, não tem nada a ver com o Parque da Paz, não está a ocupar o Parque da Paz, Sr. Município. E portanto eu mantenho todo o gosto em falar consigo, mas com alguma, confesso, com alguma mágoa, porque aquilo que o Sr. vem aqui dizer é gravíssimo. O que o Sr. aqui vem dizer é gravíssimo e de facto é lamentável que o tenha feito, mas eu como sou uma pessoa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tolerante, percebo que está mal informado, não compreendo a atitude, percebo que está mal informado, mas disponho-me a falar consigo como lhe disse ontem."-----

5.6.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Pedi, solicitei a palavra neste momento para de forma breve prestar aqui alguns esclarecimentos que considero de todo pertinentes relativamente a algumas referências que foram aqui deixadas por munícipes desta terra, mas também por residentes na Freguesia da Trafaria e falo em concreto em duas referências, uma feita pela Sr.^a D. Helena Nunes e a outra pelo Sr. Aníbal Ferreira, relativamente a duas questões que a Junta de Freguesia tem priorizado ao longo deste Mandato e do Mandato anterior e que consideramos de sobeja importância e de sobeja perigosidade e relevância na área da Freguesia da Trafaria. Refiro-me ao Património degradado e devoluto existente na área da Freguesia que infelizmente é mais do que aquilo que desejaríamos e que constitui a oportunidade para a instalação de outras oportunidades e nomeadamente para o despejo de lixo. Mas estender-me-ia e seria uma temática que nos levaria aqui até a considerações muito longas esta da existência de muita habitação devoluta e imóveis degradados na Freguesia da Trafaria, esperando por um destino e esperando por uma intervenção. Cingir-me-ei apenas à casa da Rua Heliodoro Salgado que aqui foi referenciada, prestando também esclarecimento à Múncipe e nossa residente, que esta casa se encontra sinalizada pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal há mais de dois anos. Aliás na mesma ocorreram dois incêndios que colocaram a Freguesia da Trafaria em perigo, e ela foi devidamente sinalizada, a situação também nessa data à Câmara Municipal - ao departamento respectivo e à Vereação e foi sinalizado inclusivamente dado que se trata de uma casa que tem uma problemática associada e que é também recorrente na área do Concelho. O facto de ter muitos herdeiros ela foi sinalizada também à GNR porque é necessário uma intervenção urgente. Depois, relativamente à barreira de Pêra. Custa-me muito às vezes ouvir algumas coisas que não correspondem inteiramente à verdade. E estas coisas fazem-se com verdade. É um facto que o Sr. Aníbal foi a Sessões Camarárias e levou esta problemática, ela foi acolhida e foi ouvida com muita atenção, mas a barreira de Pêra está sinalizada como sendo uma situação de perigosidade e de risco eminente para aquela população, pela Junta de Freguesia desde o ano de 2005 e esta é que é a verdade."-----

Sr. Aníbal Ferreira fez muito bem no uso dos poderes que a Lei e a liberdade e a democracia lhe dá de levar esta problemática a uma reunião de Câmara, mas no uso também dos seus poderes e no uso de uma competência legal e de uma ... que constitui a obrigação de uma Presidente de Junta, eu própria, pessoalmente e no exercício do poder que me foi delegado pelo povo, sinalizei esta barreira no ano de 2005. E é pena que a intervenção que tenha surgido ainda que vinda em boa hora e sabemos perfeitamente que está a ser preparado um estudo técnico para resolver esta problemática, é pena que se tenha intervindo e que a Vereação Municipal que desde 2005 estava prevenida só tenha ido ao local precisamente quando a barreira desabou. Era estes esclarecimentos que queria prestar."-----

5.6.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Gostaria de informar dois dos Múncipes que intervieram acerca da Estrada Regional 377-2 e das Terras da Costa que esta questão já havia sido colocada algumas vezes nesta Assembleia, que a Sr.^a Presidente da Câmara insiste em afirmar que as terras agrícolas como tal permanecerão e como já foi devidamente informada está a faltar à verdade deliberadamente. E não há outra maneira de o dizer, porque a Sr.^a Presidente conhece tão bem como eu o ofício 015445, de 2 de Outubro de 2007, da Direcção Geral de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo e Oeste, que diz que as Terras da Costa com a construção da Estrada Regional ficarão inviabilizadas e que a área agrícola deixará de o ser. Diz ainda que a obra terá impactos negativos extremamente gravosos e irreversíveis e emite um parecer desfavorável. Portanto, não pode ser verdade quando a Sr.^a Presidente diz que as terras agrícolas permanecerão e a Sr.^a Presidente da Câmara sabe muito bem que está a faltar à verdade. Por outro lado, também informar que não é verdade que a Câmara Municipal de Almada respeite tudo aquilo que está disposto em Lei, porque de facto já são dois anos consecutivos em que actua junto dos agricultores das Terras da Costa à margem da Lei com intimidação verdadeiramente inaceitável num estado de direito. A Estrada Regional 377-2 é de facto um projecto extremamente gravoso para o Concelho, não só nas Terras da Costa mas como sabemos em área protegida e reserva botânica. É inaceitável o seu traçado. Ela não é de facto construída pela Câmara Municipal de Almada, mas responde às reivindicações da Autarquia. E estrada é querida, estimada e prometida pela Sr.^a Presidente da Câmara há muitos anos. Aliás, havia a famigerada Via Turística que foi chumbada em Supremo Tribunal Administrativo, que nesta Assembleia a Sr.^a Presidente da Câmara sempre prometeu que iria ser construída e aí está ela com outro nome e com alterações de maquilhagem para ver se os cidadãos são enganados por estas manobras. Isto chega a ponto de um assunto desta importância para o Concelho e de uma Câmara que diz, uma Autarquia que promete sustentabilidade e eco-eficiência e preocupação com o ambiente. É inacreditável que este seja um projecto acarinhado pela Câmara Municipal de Almada, esta estrada é inútil, esta estrada tem alternativas mais baratas e com muito menos impactos ambientais. Mas pior, a atitude desta Câmara Municipal perante estes factos, é de uma grande sobrançeria e de um desrespeito terrível pelos cidadãos e pela própria actividade dos Deputados Municipais. Eu só gostava de repetir as palavras inacreditáveis que ouvi em Comissão Especializada da Sr.^a Vereadora Amélia Pardal, quando questionada sobre esta estrada, porque esta estrada a única coisa que parece querer é abrir porta à especulação imobiliária naquilo que é hoje área protegida. A Sr.^a Vereadora Amélia Pardal responde-me sem responder a uma única questão sobre a estrada. Respondeu-me, "não estou para vir para aqui ouvir parvoíces." É este o respeito que a Câmara Municipal de Almada tem mostrado pelos cidadãos e por este Órgão soberano do Município."-----

5.6.4 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Em primeiro lugar eu queria deixar o meu mais veemente protesto por este insulto. Esta intervenção é um verdadeiro insulto a esta Assembleia, à Câmara Municipal e a todos nós. Sr. Presidente, o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

regimento diz que este período se destina a informações e esclarecimentos aos Múncipes e este Sr. Deputado sistematicamente usa este tempo para de uma forma vergonhosa chamar mentirosa à Presidente da Câmara, caluniar, e é uma coisa perfeitamente inadmissível Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Eu peço ao Sr. Presidente que em defesa do bom nome de todos, e do funcionamento desta Assembleia que faça o favor de fazer cumprir o Regimento da Assembleia. Quando alguém e eu própria, quando alguém estiver a sair fora daquilo que é o enquadramento regimental que tire a palavra Sr. Presidente, porque isso é democrático, porque quem não cumpre aquilo que está estabelecido não é democrático. E portanto, eu queria aqui deixar nota deste me veemente protesto relativamente mais uma vez, porque a paciência tem limites. Muitas vezes somos remetidos para não perturbar para o silêncio, e somos enxovalhados, isso tem vindo a acontecer, silêncio sendo enxovalhados, mas chega a um momento em que é absolutamente inaceitável e a paciência deixa de poder funcionar, e a indignação tem que saltar pela boca fora. E é isso que estou a fazer aqui neste momento. Gostava de dizer à nossa colega Francisca que relativamente à questão que aqui deixou, de sinalizar aqui, sinalizar acolá, sinalizar noutro lado, pois é assim que nós devemos trabalhar entre Autarquias e é assim que trabalhamos no nosso Concelho. Não para uns ganharem a bandeirinha em vez de outros, e é isso que deve acontecer.-----

A situação da casa que aqui foi referenciada, foi notificada, há um processo em curso, há "n" herdeiros, etc., etc.. Há, porque os processos não são lineares e obviamente aquilo que a gente vê na rua não é o que está na instrução dos processos que estão em curso. Também gostava de apelar a uma cooperação entre os Autarcas cada vez mais de modo a que também consigamos reunir esforços, muitas vezes existem recursos humanos na Freguesia, existem dificuldades de bens materiais na Freguesia, lembro-me de calçadas e outras coisas e pela conjugação de esforços é possível atalhar mais rapidamente os problemas.-----

Reunimo-nos regularmente, com certeza que este é um momento importante para obviamente cada um fazer o seu esclarecimento e dar a sua informação, mas eu não posso deixar de deixar também aqui esta nota. Sim senhor, sinalizar tudo, cooperar sem dúvida e tudo para bem da nossa população."-----

5.6.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Uma breve nota para referir o seguinte, o nosso Regimento é muito claro relativamente aos objectivos de cada momento, das reuniões e também é bastante claro como muitas vezes o Sr. Presidente refere no que diz respeito às normas a cumprir. Neste momento eu penso que convém sublinhar o seguinte, o Período em que nós estamos, o Período de Intervenção dos Múncipes destina-se a que os Múncipes apresentem os seus problemas, as questões, as suas opiniões, o que acharem conveniente. E há depois um período que se pode abrir com a duração máxima de trinta minutos para que a Câmara ou os Deputados Municipais possam esclarecer os Múncipes. O que aconteceu aqui não foi isso e não foi só no que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado do CDS-PP, a intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara também se situou clara e objectivamente fora do que está estabelecido no Regimento."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.6.6 - O Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

O apelo que eu faço é que tentemos respeitarmo-nos uns aos outros e elevar o debate o mais possível."-----

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

6.1 - Entrou-se na continuação do debate dos documentos apresentados na Primeira Reunião da Sessão Ordinária, realizada ontem dia 28 de Abril.-----

6.2 - No debate usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão; Luís Filipe Pereira; Luís Varela Pais; Fernando Pena; Sérgio Taipas; Bruno Dias; Ana Salvado; Luísa Ramos e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A minha intervenção diz respeito à Moção apresentada sobre o despedimento colectivo na AMARSUL. É um assunto complexo, obviamente um assunto que nós podemos e devemos reportar como grave e merecendo a nossa atenção e análise.-----

A AMARSUL é um organismo em que a Câmara Municipal participa, há no Conselho de Administração um elemento indicado pela Câmara Municipal que neste Mandato é Deputado Municipal, portanto é o Sr. Deputado Municipal Carlos Revés que neste momento não está aqui, mas de qualquer modo há obviamente esclarecimentos a prestar e eu penso que é importante para se poder formar uma opinião sólida sobre esta matéria, que nós saibamos o que é que a Câmara Municipal pensa sobre este assunto."-----

6.2.2 - O Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas para referir, em duas das Moções que o Bloco de Esquerda apresenta para votação, uma sobre a AMARSUL, nós queríamos fazer uma pequena alteração no ponto 2, da parte deliberativa, quando dizemos "requerer à Câmara Municipal de Almada que informe esta Assembleia", nós queríamos que ficasse "requerer à Câmara Municipal de Almada que solicite informação à Administração da AMARSUL e informe esta Assembleia sobre o Plano de Reestruturação em curso, bem como indique...". Depois o resto fica na mesma. E na Moção sobre a Loja do Cidadão, nós queríamos apenas deixar um ponto na parte deliberativa que ficaria, "reclamar junto da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), para que seja reavaliada esta situação". E depois fica tudo igual. Ficar só um ponto. Era esta parte deliberativa, tanto na Moção da AMARSUL como na Moção da Loja do Cidadão que nós queríamos deixar à consideração dos Srs. Deputados Municipais."-----

6.2.3 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Queria precisar e esclarecer que a AMARSUL é um sistema multimunicipal que tem capital social 51% pelo Estado e 49% pelo conjunto dos Municípios. Nestes 49% a Câmara Municipal tem 14%, portanto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estamos aqui no sistema multimunicipal onde os Municípios têm a minoria no capital social. Dizer que a Câmara de Almada não indicou ninguém para o Conselho de Administração, a Câmara não indica, não tem esse poder de indicar seja quem for para o Conselho de Administração. E passaria a ler a carta que foi endereçada ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da AMARSUL, "excelentíssimo senhor, face às notícias veiculadas através da comunicação social de que segundo declarações da administração da AMARSUL, a extinção de postos de trabalho advém da reconversão tecnológica da empresa cujos novos equipamentos a introduzir não necessitam de tanta mão-de-obra como a actual, num momento em que o direito ao trabalho constitucionalmente consagrado está a ser sistematicamente posto em causa no País, sendo o Município de Almada accionista da AMARSUL, representante conjuntamente com os restantes oito Municípios da Península de Setúbal, 49% do capital social da empresa, e estando em absoluta oposição a toda e qualquer decisão lesiva da garantia daquele direito constitucional e humano aos trabalhadores da AMARSUL, esforçando-se o Município de Almada por manter as suas contas permanentemente regularizadas com a AMARSUL ao longo dos anos, e desta forma contribuindo para a saúde financeira desta empresa multimunicipal, venho requerer a V. Ex.^a que informe a Câmara Municipal de Almada com a máxima urgência sobre os factos que terão dado lugar às referidas notícias veiculadas pela comunicação social, bem como sobre a referenciada reconversão tecnológica da empresa e suas consequências reservando-nos para posterior tomada de decisão.-----

Agradeço a vossa maior atenção para o requerido, no sentido de que uma resposta completa e esclarecedora nos seja remetida com a máxima urgência".-----

6.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Tendo em conta a limitação de tempo, com certeza já muito benevolente da sua parte relativamente ao Grupo do PSD, passaria então muito rapidamente a indicar como será o voto do nosso Grupo Parlamentar sobre as Moções que nos foram apresentadas.-----

Para mais fácil identificação passarei a numerá-las e será esta a nossa indicação de voto, votaremos favoravelmente as Moções da CDU sobre a frequência das carreiras dos TST, naturalmente a Moção do PSD sobre o Celebrar o 25 de Abril bem como a Moção do Bloco de Esquerda sobre a Loja do Cidadão, se bem que aqui com uma nota de que seria importante ouvir um esclarecimento por parte da Autarquia. Já o tivemos ontem, mas penso que não foi cabal, sobre o ofício da Câmara que remeteu novamente à Administração do Centro Comercial Bica, de acordo com a informação que recebeu do Governo sobre a não aceitação deste espaço para a Loja do Cidadão e mais tarde no âmbito da Moção do Bloco de Esquerda os dados técnicos que surgiram e que portanto interpretei como se a Câmara não visse nenhum obstáculo relativamente àquilo que foi visto do ponto de vista técnico pelo Governo, então o remeteu directamente à Administração do Centro Comercial Bica. Sendo que no mesmo âmbito desta Moção do Bloco de Esquerda surgiu esta questão de interpretação técnica ou não e portanto era importante haver aqui um esclarecimento mais detalhado sobre este assunto. Votaremos também



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente favoravelmente as Moções do PSD do Polis, Flexibus e da Areia da Costa, bem como o Programa Polis da Costa da Caparica da CDU. No entanto, uma nota que tendo em conta que foi distribuída antes desta Assembleia, é uma Moção que é basicamente o ofício que a Câmara enviou ao Ministério do Ambiente, portanto presumimos que seja mais um reforço da situação no que diz respeito ao Programa Polis da Costa, sendo que há aqui uma informação que não é cabal e que era importante também termos uma ideia, é se já foi contabilizado o valor da hipoteca dos terrenos do Polis da Costa, como fonte de funcionamento e se isto é solução e durante quanto tempo e para que exactamente tipo de obras é que estamos a falar que poderia ser utilizado este valor. Iremos abster-nos no que diz respeito à Moção do Bloco de Esquerda sobre o despedimento na AMARSUL, tendo em conta aquilo que acabou de ser dito aqui também, era importante haver um esclarecimento cabal sobre os motivos detalhados que levaram a esta informação sobre o despedimento colectivo nomeadamente o que é o Plano de Reestruturação da Empresa. Sem estas peças de informação não nos é possível votar conscientemente esta Moção. Iremos abster-nos relativamente à Moção da CDU sobre a Loja do Cidadão, estamos genericamente de acordo que é um assunto que tem que ter o seu termo, estamos de acordo com certeza que o Município este Fórum e o executivo devem continuar a fazer o máximo do esforço para que a Loja do Cidadão seja uma realidade, no entanto o facto de que nesta Moção termos referências de que há uma entidade que tem que assumir um papel que não seja o de manter serviços encerrados e prédios devolutos no Centro de Almada, também devemos fazer uma nota que também a Autarquia deve ter essa vocação e todos nós sabemos também que há vários edifícios devolutos em Almada, nomeadamente alguns que já deviam ter tido uma solução muito mais rápida e muito mais célere, e portanto este é o motivo pelo qual nós não iremos votar favoravelmente mas sim abster-nos. Iremos também votar negativamente a Moção do 1º de Maio do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista e da CDU, uma vez que são Moções nitidamente que para além de apelarem ao movimento dos trabalhadores fazem também referências explícitas ao seu Programa Político, nomeadamente ao nível do Partido Socialista, com um descritivo bastante completo em defesa de medidas que são medidas politicamente dentro do âmbito daquilo que são os objectivos políticos do Partido Socialista e também parece-nos inaceitável falar de que foram tomadas medidas extraordinárias atempadas desde o final de 2008, para evitar a crise económica numa Moção em que a referência seria naturalmente ou poderia ter sido muito mais abrangente relativamente ao 1º de Maio."-----

6.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Só para dar nota do sentido de voto e da fundamentação do mesmo por parte do CDS. Votaremos a favor da Moção da CDU sobre os TST. Em relação às Moções sobre a Loja do Cidadão votaremos a favor do Bloco de Esquerda, abster-nos-emos na da CDU. Parece que a primeira, a do Bloco de Esquerda apresenta aquilo que é a solução mais desejável para o problema, que é insistir na localização da Loja do Cidadão, no Centro Comercial M. Bica, que tem mais vantagens óbvias de localização de acessibilidade. Votaremos contra a Moção apresentada pela CDU relativamente ao 1º de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Maio, ela apresenta uma linguagem desajustada, sem soluções que já há muito se julgava ultrapassada. Votaremos a favor da Moção do PSD sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio. Abster-nos-emos sobre a Moção do PS sobre o 1º de Maio, saliente-se que há um reconhecimento da necessidade de implementar um Plano de Estabilidade e Crescimento e não o Plano de Estabilidade e Crescimento. Relativamente à Moção sobre o Polis, e nesta gostaria de me deter um pouco.-----

Dizia ontem o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica que esta era uma cesariana muito difícil, com fórceps, aquilo que me parece é que depois dessa cesariana toda, vai descobrir que o bebé já estava morto há muito tempo. Porque este Polis mostra-se cada vez mais politicamente desastroso, economicamente insustentável, isso é evidente, tecnicamente tem-se mostrado aquilo que prometia, é incompetente e do ponto de vista ambiental eu não tenho muitas formas de o classificar para lá de criminoso. Ele mostra em muitas circunstâncias o modelo de desenvolvimento territorial e económico que não é apropriado, ao longo de todo o processo fomos assistindo a muitas omissões, a muitas faltas de informação, muitas trabalhadas, a muitas consultas públicas que não passaram de um formalismo que não serviram para nada e que foram feitas quase de forma clandestina nas costas da população. E centenas de milhões de euros depois, os resultados são muito poucos e não percebemos ainda muito bem quem ganhou com este Polis. Almada e os seus cidadãos não parece.-----

Relativamente à Moção do PSD sobre o Flexibus também votaremos a favor, é de facto uma solução muito interessante e aqui também há que salientar este trabalho da Autarquia e que seria muito desejável que se pudesse estender ao resto do Concelho.-----

Relativamente à Moção apresentada sobre o areal da Costa, também votaremos a favor, mas dizer que aquilo que é o fecho da Golada e a discussão sobre o fecho da Golada, nós não temos informação técnica suficiente, os últimos estudos existentes já têm muitos anos e penso que seria uma coisa de avaliar e perceber das vantagens e desvantagens que isso teria, porque de facto a retenção de areias nas praias ocorreu precisamente quando houve o fecho natural, no final do século XIX, e portanto mais estudos parecem necessários, não temos posição definitiva sobre este assunto. Por falta de informação suficiente abster-nos-emos sobre a Moção do Bloco de Esquerda sobre o despedimento colectivo na AMARSUL, e também pela linguagem e pelos óbvios complexos ideológicos que misturam algumas coisas que são justas com soluções que são inviáveis à sobrevivência do País. Teremos de votar contra a Moção do Bloco de Esquerda sobre o PEC."-----

6.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É também para afirmar o sentido de voto da CDU, relativamente aos documentos em discussão e para fazer algumas considerações e fundamentações. A CDU vai votar favoravelmente todas Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo PSD e vai votar contra a Moção do 1º de Maio apresentada pelo PS. Para este sentido de voto tiveram contributo em percentagens mais ou menos decisivas as alterações e reformulações dos textos que foram feitos em algumas das propostas ou Moções apresentadas. Relativamente à Moção do 1º de Maio apresentada pelo Partido Socialista



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

gostaríamos de tecer algumas considerações absolutamente necessárias. Estamos perante um facto novo e inédito. A propósito do 1º de Maio, o PS apresenta uma Moção em que propõe como deliberação desta Assembleia 0,0 sobre o 1º de Maio e propõe uma exaltação do PEC, a submissão ao capital especulativo financeiro que neste momento rouba o nosso País e o completo e total conformismo dos trabalhadores, precisamente a propósito do 1º de Maio. Consideramos que esta Moção é um insulto ao 1º de Maio, é um insulto à dignidade do trabalho como valor intrínseco do próprio ser humano, aos trabalhadores, aos seus direitos e às suas conquistas. A Sr.ª Deputada Ana Salvado quando apresentou este Moção optou não por apresentar directamente o texto, mas por tecer um conjunto de considerações que apenas vieram confirmar à exaustão esta orientação. Mas, o que nós estamos a discutir é o texto da Moção e é essa que vamos aprovar ou rejeitar. E sobre a Moção conviria portanto, uma vez, inclusive, que ela nem sequer foi apresentada, foram apresentadas considerações sobre o tema, conviria comentar aqui alguns aspectos que são essenciais. Esta Moção começa logo por ser, à cabeça, um desfocar, um diluir, um apagar, um negar do sentido do 1º de Maio nos cento e vinte anos de vida deste 1º de Maio. A Moção começa por falar do reconhecimento simbólico desta luta, correcto? Depois refere-se à Comemoração Nacional deste Feriado que esteve no quarto dos fundos durante o fascismo e seguidamente à recuperação deste Feriado Nacional cuja comemoração passou a ser possível com Abril, num contexto de coesão social e da economia de mercado em que hoje vivemos. Dizendo depois, que estamos a comemorar trinta e seis anos da Restauração da comemoração livre e exaltação do PEC.-----

Convém lembrar o que é o 1º de Maio a quem dele se está a esquecer. O 1º de Maio em primeiro lugar todas as jornadas do 1º de Maio nunca se reduziram, nunca foram como a Sr.ª Deputada disse na sua intervenção, ao afirmar a certa altura que não pode ser apenas uma data ritual. É evidente que estamos de acordo, nunca o foi, não é? Nem nunca será apenas uma data ritual. O 1º de Maio foi ao longo dos seus cento e vinte anos em todo o mundo um conjunto de jornadas de luta nas condições mais diversas dos trabalhadores dos mais diversos países deste mundo e que contribuiu poderosamente para a melhoria das condições de vida, pela liberdade, pela paz, por uma sociedade mais justa, pela igualdade de direitos e é uma luta emancipadora contra todas as formas de opinião. Nós estamos a falar daqueles que são assalariados, que vivem da venda da sua força de trabalho, daqueles que são a parte forte do processo produtivo e a parte fraca da distribuição da riqueza. Nós estamos a falar daqueles que lutam contra as desigualdades sociais, daqueles que sendo cidadãos são pobres, são os explorados, são os que têm que lutar por direitos que têm a menos quando os outros os têm a mais. É isto, e sempre foi o sentido do 1º de Maio. E ao longo de cento e vinte anos e não são trinta e seis de liberdade de Abril, mas cento e vinte anos de lutas de 1º de Maio que nós assinalamos em comemoração pelas vitórias obtidas, pela necessidade de continuar a luta, mas sempre em luta, esses direitos laborais e sociais dos trabalhadores foram importantes conquistas a esses níveis, traduziram-se em avanços civilizacionais no domínio da protecção social, na doença, na velhice, no direito à saúde e à educação, nas condições de trabalho, na diminuição generalizada da jornada de trabalho às oito horas que foram conquistadas pela



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

primeira vez num determinado local neste 1º de Maio e que hoje este Governo fez regredir a um ponto anterior a esse, que esse direito hoje não existe em Portugal e portanto também no reconhecimento do direito à organização, à acção sindical em geral e nas empresas. Portanto é isto e tem sido o 1º de Maio.-----

Durante o tempo do fascismo o 1º de Maio não esteve escondido no quarto dos fundos, não foi um feriado que não se podia comemorar escondido no quarto dos fundos. O 25 de Abril esteve na rua, esteve na vida e também esteve na morte e na greve de 1962. Os trabalhadores portugueses já tinham formalmente as oito horas de trabalho a nível das fábricas, conquistaram-na a nível dos campos. No fascismo em 1962, oito horas de trabalho a nível do trabalho do campo foi uma conquista de uma luta do 1º de Maio, não estavam nos quartos dos fundos os que a fizeram, a venceram. E é importante que isto seja dito e seja retido. O que acontece é que nós hoje vivemos uma ofensiva contra estes direitos e listemo-la: desemprego crescente; continuo aumento de precariedade; degradação da qualidade do emprego; liquidação dos direitos laborais e sociais, flexibilização; aumento dos horários de trabalho; desvalorização e liquidação da contratação colectiva; desvalorização do valor dos salários e das reformas com o aumento da taxa de exploração do trabalho; acentuadas desigualdades sociais; fenómeno da pobreza e da exclusão social; consequências que se alargam à liquidação do direito à saúde com a crescente degradação dos serviços públicos; à deterioração do sistema de protecção; ao direito de uma reforma digna; à protecção no desemprego e a todos os domínios da nossa vida colectiva. É isto que se passa hoje. Portanto, é o Partido que está no Governo hoje que fez regredir a conquista das oito horas de trabalho para níveis inferiores aos que haviam sido conquistados no fascismo e há cento e vinte anos na jornada de 1898 que aqui propõem a exaltação do PEC e a conformação dos trabalhadores a esta situação.-----

Se estivéssemos a discutir o conteúdo da Moção, porque evidentemente o PS tem todo o direito de apresentar uma Moção que defenda o Plano de Estabilidade e aquilo que na sua opinião são as propostas para pôr "Portugal para a frente", das quais discordamos frontalmente, o que entendemos que é absolutamente inadmissível e que é uma vergonha é que o faça a propósito do 1º de Maio. Terminar dizendo, que é evidente que decorre daqui não apenas o voto contra a convocação para todos os trabalhadores para que continuem a lutar pelos seus direitos e a convocação dos trabalhadores implica aqueles que estamos absolutamente seguros, também se sentirão envergonhados, trabalhadores seja qual for a Central Sindical em que se encontram filiados, trabalhadores que sentem na carne isto que aqui está, trabalhadores que estão próximos familiarmente e pessoalmente daqueles que têm o arrojo e a vergonha, a falta dela de fazer esta proposta aqui hoje e gostaríamos muito que um só Deputado Municipal desta Assembleia, pertencente ao PS caísse em si e sentisse também a vergonha da apresentação de uma proposta desta que é obviamente inadmissível."-----

6.2.7 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

De forma muito breve uma vez que o tempo disponível assim o obriga, gostava de fazer um conjunto de referências sobre os textos em apreciação e dentro de poucos momentos em votação. A primeira proposta apresentada pela CDU sobre a diminuição de frequência das carreiras dos TST têm o nosso voto favorável, o mesmo acontece com a Moção que apresentou sobre a Loja do Cidadão em Almada. Obviamente que estes votos têm a ver com a análise global dos textos e a consideração da importância da problemática e não uma análise de conteúdo tão refinada e conseguida como aquela com que nos ofereceu agora o Sr. Deputado Sérgio Taipas.-----

No que diz respeito às Moções sobre o 1º de Maio, obviamente que o 1º de Maio é visto pelo conjunto dos cidadãos e pelas forças políticas de forma diversificada, ao longo da história assim aconteceu. Houve 1º de Maio de luta, houve 1º de Maio ritualizado, estereotipado, todos nós nos lembramos das paradas militares em Moscovo antes da queda do muro de Berlim e sabemos perfeitamente até que ponto é que o estereotipado e o ritualizado das comemorações do 1º de Maio, aliás o vocabulário utilizado nas Moções apresentadas pela CDU e pelo Bloco de Esquerda também transportam muito desses sinais, dessas características, desses rituais que já tiveram outra expressão e agora tem a que tem e portanto estas Moções sobre o 1º de Maio que não transportam para os nossos dias o espírito da procura das soluções e da busca, de facto da possibilidade de superar os problemas dos nossos dias e projectar no futuro uma vida melhor para todos os cidadãos, nomeadamente para os trabalhadores. Portanto estas Moções não podem merecer a nossa concordância e vamos votar contra a Moção sobre o 1º de Maio apresentada pela CDU, assim como a que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda. Vamos votar a favor da Moção apresentada pelo PSD, obviamente também a apresentada por nós sobre o 1º de Maio; a Moção também do Bloco de Esquerda sobre a Loja do Cidadão merece o nosso apoio com os considerandos que há pouco expressei no que diz respeito à Moção, também sobre a mesma matéria apresentada pela CDU. A Moção sobre o Polis também merece o nosso acordo global, considerando a importância do tema e a necessidade que há de convergirmos no sentido de levar para a frente aquilo que tenho referido desde há muito como desígnio municipal; a proposta sobre o Flexibus, também me parece um texto de apoiar e merece o apoio do PS; a Moção sobre as areias apresentada pelo Sr. Deputado António Neves também merece o nosso acordo. Relativamente ao despedimento colectivo na AMARSUL eu penso que uma decisão definitiva, um juízo final sobre esta matéria deverá ocorrer depois dos esclarecimentos pedidos. Portanto neste momento optamos pela abstenção. A Moção do Bloco relativa ao PEC e as privatizações obviamente merece a nossa rejeição pela argumentação que já expressei no que diz respeito às Moções sobre o 1º de Maio, visto que acabam por convergir nas matérias que agora preocupam os portugueses e têm obviamente ângulos de observação e de valorização muito diferentes consoante as forças políticas em presença."-----

6.2.8 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu fui solicitada pelo Sr. Deputado Luís Varela Pais e se puder contribuir para que haja algum ajustamento no vosso sentido de voto, gostaria. Penso que as suas Propostas, e elas são



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

complementares, aliás a Proposta da CDU diz que a manter inviável a opção Centro Comercial M. Bica, considero que se houvesse da parte da Assembleia uma aprovação das duas Propostas estava no bom caminho, porque, reparem, isto aqui não se trata da Câmara ver ou não ver um obstáculo. A questão é que nós ao fim de cinco anos temos uma avaliação. Até então só se dizia é que tem pouca área, não tem área, etc.. Portanto, chegou-se ao ponto em que se diz, não, o pé direito não serve, portanto não vale a pena passar. Portanto, há a avaliação das outras condições, luz, questões financeiras, etc.. Ora bem, isto naturalmente não quer dizer que não se ponha a questão de avaliar ou reavaliar, mas não podemos, penso eu, não devemos ficar presos sem avançar com outras análises, e portanto, penso que as duas propostas ajudam a andar para a frente, não desistindo de pedir esclarecimento sobre a questão que a Moção do Bloco coloca e que esta também não afasta. Por isso, penso que são complementares uma da outra e seria interessante que a Assembleia que sempre teve uma posição unânime, porque dá força a este tipo (força no melhor sentido do termo), a este objectivo que todos temos de ter uma Loja do Cidadão no nosso Concelho, seria interessante que pudesse acontecer. Não sei se ajudei alguma coisa, ficam aqui as minhas palavras."-----

6.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queria só referir, penso que não deve ter muita importância, mas de qualquer modo, como o Sr. Deputado Luís Varela Pais falou de uma Moção do 1º de Maio do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, nós por acaso não apresentámos nenhuma Moção sobre o 1º de Maio, o que nós apresentámos foi uma Moção sobre o PEC e as Privatizações, que é uma Moção diametralmente oposta da Moção apresentada pelo Partido Socialista, uma vez que a Moção do Partido Socialista defende o PEC e nós criticámos o PEC e demarcámo-nos dele. Mas permitam-me que eu diga só meia dúzia de palavras sobre o 1º de Maio. Não é sobre o 1º de Maio histórico, com cento e vinte anos, mas é um 1º de Maio vivido por um miúdo de dez anos ou talvez onze anos que era a idade que eu tinha quando, e eu lembro-me disto, aliás foram os Srs. Deputados que me fizeram reviver algumas imagens, a minha irmã nasceu no 1º de Maio e nós no 1º de Maio de 1961, 1962, saímos para vir jantar ao Largo 5 de Outubro, ali junto ao Mercado havia um restaurante que era o "CANICA" talvez os mais antigos se lembrem disso, a Cova da Piedade por altura do 1º de Maio era um autêntico pandemónio, eu não preciso de ler muito nos livros para me lembrar do 1º de Maio, por um lado começavam uns dias antes, vinham prender alguns Piedenses, vinham prender se não me falha a memória o Rezinho, o José Alves, o Mário Coelho Caeiro, que era do Alfeite e outros, levavam-nos e prendiam-nos, não davam explicação a ninguém, deixavam passar o 1º de Maio e depois soltavam-nos, dois ou três dias com um pedido invariavelmente de desculpas ou de um engano que tinha acontecido, mas punham estas pessoas na cadeia para que o 1º de Maio passasse sem que estas pessoas pudessem motivar algum conflito, mas mesmo sem estas pessoas no terreno a GNR a cavalo invadia a Cova da Piedade, a cavalo entravam nos estabelecimentos, os mais antigos talvez se lembrem da "Desportiva da Cova da Piedade" e da pastelaria que nós chamávamos a "pastelaria do pessoal". Entravam a cavalo e com os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sabres na mão batiam indiscriminadamente em toda a gente que se encontrava por volta das dez, dez horas e trinta da noite, até que não restasse uma pessoa na Rua. Eu lembro-me claramente que nós vínhamos no sentido da então Rua Dr. António Salazar rebaptizada com o nome Rua da Liberdade, vínhamos a caminho da nossa casa que era a primeira taberna que existia nessa Rua, que foi onde eu nasci e a GNR perseguiu-nos a passo até que nós entrássemos dentro de casa. Entretanto a GNR que anunciava que apenas fazia disparos para o ar deixou uma rajada de tiros que atravessou as montras do Largo 5 de Outubro que eram constituídas por talhos, onde hoje é a "MIKI", eram talhos que ficaram cravejados de tiros a meia altura de uma pessoa.-----

São histórias de vida de quem passados poucos anos foi trabalhar para uma empresa, para um estaleiro e se habituou a ver as pessoas que faltavam no 1º de Maio, eram chamadas a justificar porque é que tinham faltado naquele dia, porque isso de certeza absoluta estava conectado com alguma resistência ao regime de então. Portanto o 1º de Maio é uma data que de facto não devia servir para tabular para outros assuntos. O Partido Socialista tinha feito bem de apresentar uma Moção sobre o 1º de Maio que já tem feito aqui noutras Assembleias, tinha feito uma Moção à parte a defender o PEC, podem defender o que quiserem, ainda hoje defendem publicamente que os nossos desempregados devem ficar a receber menos, portanto conseguem já defender tudo, até já conseguem fechar os ouvidos a críticas de pessoas com valor dentro do próprio Partido Socialista, portanto não seria estranho que o Partido Socialista apresentasse aqui uma Moção de apoio ao PEC. Mas de facto não tem lógica que o faça misturando com uma data que creio que a esmagadora maioria dos militantes do Partido Socialista defendem como uma data querida que é o 1º de Maio. O Partido Socialista tem uma base social de trabalhadores que de certeza não gostam de ver o 1º de Maio e o PEC misturados de uma forma que nós também consideramos abusiva. Por isso nós queríamos deixar aqui a seguinte questão, nós de facto vamos votar todas as Moções que estão presentes e não vamos votar o 1º de Maio do PS. Logo desde início decidimos não votar a favor da Proposta do PS por várias razões e acho que ficaram aqui bem patentes."-----

6.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Muito rapidamente eu queria dar um esclarecimento sobre a situação e a nossa Proposta acerca da Loja do Cidadão.-----

Nós entendemos que a opção prioritária de localização no Centro Comercial M. Bica deve manter-se. Nós registamos que a afirmação do Poder Central da Estrutura de Missão no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros é de que aquela localização não pode ser aceite porque não cumpre as regras legais. Nós dizemos, registámos que os Srs. disseram isso, a manter-se essa opção como inviável nós apontamos já um caminho e uma alternativa, mas nós não dizemos que é de abandonar desde já essa opção. Registamos que há essa resposta por parte da Estrutura de Missão, mas não dizemos que essa opção deve ser esquecida. Dizemos, a manter-se como inviável essa possibilidade nós temos um caminho, temos uma alternativa e dizemos que há condições para que essa alternativa seja objecto de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

iniciativa e de intervenção, inclusive por parte do Governo e sim senhor é verdade, não se trata de combate político ou partidário, nós estamos perante um edifício de nobreza até do ponto de vista da sua localização no centro de Almada e consideramos que uma empresa que é a mais lucrativa do País, que teve mais de mil milhões de lucros só o ano passado, não deve deixar aquele edifício devoluto, parado sem nenhuma utilização pelo facto de ter mais valias do ponto de vista imobiliário e pode dar um contributo para o desenvolvimento de Almada. É nesse sentido que nós deixamos este edifício e consideramos que as duas propostas que estão em cima da mesa sobre o mesmo assunto, até se podem complementar e são dois contributos válidos sobre esta matéria e este Município e o Concelho de Almada podem ter a ganhar se mantiverem uma posição de união e de consenso em torno destas duas visões que no fundo se complementam. Isto é, a Loja do Cidadão deve avançar defendendo esta opção que está em cima da mesa que é também para nós prioritária, M. Bica, mas apontando desde já um caminho alternativo para que o assunto não fique esquecido nem bloqueado."-----

6.2.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Srs. Deputados da CDU e também do Bloco de Esquerda, é curioso que estamos em 2010, estamos a atravessar os momentos que todos conhecemos e que se ache estranho e vergonhoso falar a pretexto do PEC, da situação social e económica que atravessamos. Estão presentes trabalhadores e são abrangidos também trabalhadores. Portanto, dissociar uma coisa da outra é relativamente estranho, e mais estranho é também nós termos uma Moção em 2010 sobre o 1º de Maio que podia ter sido aplicada em 1980. Podia ter sido aplicada em 1990, em 95, em 2000, em 2005, que é que isto quer dizer? Quer dizer que independentemente do ano em que nós nos encontramos a CDU aplica, continua a aplicar as mesmas intervenções, a ter as mesmas ideias sobre a situação deste País, ou seja, parece que o País e os tempos são imutáveis, mas não, o que é imutável é precisamente o discurso que aqui é também caracterizado. E portanto é lamentável que se dissocie aquilo que estamos a viver e aquilo que todos os dias vem falado nos jornais, de uma comemoração que diz respeito também a precisamente a assuntos que estão a ser discutidos no âmbito do PEC. E portanto os Srs. não querem falar sobre esse assunto, preferem antes dizer que é uma vergonha vir-se falar de coisas tão actuais como aquelas que hoje aqui vivemos. E portanto, obviamente eu não vou pedir desculpas nenhuma, obviamente que isto não é vergonha nenhuma, o que isto é, é falar de coisas sérias em tempos difíceis e em tempos em que é necessário ter medidas corajosas precisamente para esses tempos difíceis que apresentamos."-----

6.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu agradeço o esclarecimento do Sr. Deputado Bruno Dias, no entanto de facto essa opção prioritária pela solução da Loja do Cidadão não é explícita na vossa Moção, isto é, diz "a manter-se esta posição de avaliação temos esta solução alternativa". Mas de facto seria muito interessante que ficasse claro e explicito que continua a ser prioritária, até porque há esse pedido de reavaliação com alguma fundamentação técnica na proposta do Bloco de Esquerda."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.2.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Muito rapidamente dizer o seguinte à Sr.^a Deputada do Partido Socialista de que dificilmente a CDU e particularmente o PCP mudará de discurso enquanto se mantiver o agravamento da exploração de quem trabalha e enquanto os Governos, particularmente e lamentavelmente o do PS for forte com os fracos e muito fraco com quem explora e quem intensifica a exploração de quem trabalha."-----
- 6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----
- 6.3.1 - A Moção/Deliberação sobre Diminuição de frequência das carreiras dos TST, apresentada pela Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.-----
- 6.3.2 - Moção/Deliberação Por uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada, apresentada pelo Deputado Municipal Bruno Dias, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do BE) e oito abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP).--
- 6.3.3 - Moção/Deliberação sobre Instalação da Loja do Cidadão em Almada, apresentada pelo Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, com as alterações introduzidas na parte deliberativa e constantes da parte final do ponto 6.3.12, a pag.^s 34, da Acta nº 10/X-1º e do ponto 6.2.2, a pag.^s 15, da presente Acta nº 11/X-1º, foi aprovada por unanimidade.-----
- 6.3.4 - Moção/Deliberação sobre 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores, apresentada pelo Deputado Municipal Ricardo Louçã, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do BE), dezassete votos contra (de eleitos do PS, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do CDS-PP) e duas abstenções (da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do representante do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica).-----
- 6.3.5 - Moção/Deliberação sobre Celebrar 25 de Abril e 1º de Maio de 2010, apresentada pelo Deputado Municipal Armando Barata, foi aprovada por unanimidade.-----
- 6.3.6 - Moção sobre 1º de Maio e 25 de Abril, apresentada pela Deputada Municipal Ana Salvado, foi rejeitada por maioria com trinta e um votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE), onze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----
- 6.3.7 - Moção/Deliberação sobre programa Polis da Costa da Caparica, apresentada pela Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).-----
- 6.3.7.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, para uma declaração de voto.-----
- 6.3.7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Peço a palavra para fazer uma declaração de voto, para esclarecer que sem prejuízo do PS ter votado favoravelmente esta Proposta relativa ao Polis, o PS julga que é necessário haver uma reavaliação do modelo global de financiamento do Projecto Polis, para que este Projecto que é importantíssimo para a Costa da Caparica e para o Concelho de Almada possa ter sucesso."-----
- 6.3.8 - Moção/Deliberação sobre Programa Polis, apresentada pelo Deputado Municipal António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, foi retirada.-----
- 6.3.9 - Moção/Deliberação sobre Transporte Inclusivo em Almada - Uma Aposta a Generalizar!, apresentada pelo Deputado Municipal Armando Barata, com as alterações introduzidas no nº 2, da parte deliberativa e constantes da parte final do ponto 6.3.16, a pag.º 38, da Acta nº 10/X-1º, foi aprovada por unanimidade.-----
- 6.3.10 - Moção/Deliberação sobre Deposição de Areias nas Praias da Caparica, apresentada pelo Deputado Municipal António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, foi aprovada por unanimidade.-----
- 6.3.11 - Moção/Deliberação sobre Despedimento Colectivo na AMARSUL, apresentada pela Deputada Municipal Ermelinda Toscano, com as alterações introduzidas no nº 2, da parte deliberativa e constantes da parte final do ponto 6.3.18, a pag.º 40, da Acta nº 10/X-1º, foi aprovada por maioria (não tendo exercido o seu direito de voto o Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, por considerar haver incompatibilidade) com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do BE) e dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do CDS-PP)-----
- 6.3.12 - Moção/Deliberação sobre "O PEC e as privatizações, apresentada pelo Deputado Municipal Henrique Pires, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, do BE) e dezanove abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do CDS-PP).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4 - Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Sérgio Bastos e Bruno Dias para declarações políticas.-----

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Partido Socialista entregou um Requerimento sobre o funcionamento da Loja do Múncipe que como é óbvio espero ver respondido nos prazos legais e regimentais. Quanto à questão da Loja do Cidadão o Partido Socialista queria aqui registar que ao fim de sete anos continua a não haver Loja do Cidadão em Almada. Para o Partido Socialista nem se trata sequer de uma questão de foro político. É importante referir que outros Municípios como o de Odivelas ou como o do Seixal aqui na Margem Sul entraram neste processo mais tarde e já têm Protocolos assinados com a AMA.-----

Quanto à questão do Centro Comercial M. Bica, trata-se de uma questão do foro técnico, continuamos aqui não sei quantos anos à volta de uma questão. Neste momento julgo que é uma questão de vinte centímetros que estamos a falar. E o que é que sucede neste momento? Temos uma Loja do Múncipe a funcionar, uma Loja do Múncipe que foi inaugurada em período eleitoral com vista a esconder aquilo que era a verdadeira situação que era a ausência da Loja do Cidadão em Almada, e portanto temos agora em funcionamento uma Loja do Múncipe que tem um conjunto de serviços relativamente reduzidos e de pouca importância para o Concelho de Almada e que serve única e exclusivamente para escamotear a realidade.-----

Ao fim de sete anos continua a não haver Loja do Cidadão em Almada, quantos mais anos é que são precisos para que Loja do Cidadão chegue a Almada?"-----

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria declarar em nome da CDU que nós votámos a favor das duas propostas, porque consideramos que não sendo uma República soberana e sendo o Município integrado na República Portuguesa, as Leis da República valem para o nosso Concelho e não é à Câmara Municipal que compete a cobrança dos impostos como o IRS, como o IVA, o IRC, por aí fora. E portanto as competências do Município são aquelas que a Lei prevê, as competências do Poder Central são muito claramente definidas na Constituição e na Lei e isso significa que o que diz respeito à instalação de serviços e de outras instalações que têm a ver com o funcionamento da Segurança Social, da Direcção Geral de Contribuições e Impostos, do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, o que diz respeito à emissão de Cartas de Condução, o que diz respeito às Finanças e por aí fora, não tem a ver com a Câmara Municipal, tem a ver com os Serviços do Poder Central que têm a obrigação de estar próximo dos cidadãos, e esta é uma questão incontornável que nós não abdicamos quando discutimos a disponibilidade que o Município de Almada de forma unânime, aliás, sempre manifestou para contribuir activamente e de forma construtiva para resolver e tomar medidas para avançarmos neste processo e nesta aprovação de propostas de deliberação que acabámos de ter. Mais uma vez reafirmamos essa mesma disponibilidade, essa mesma atitude construtiva. Consideramos lamentável



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que haja esta atitude de considerar e de utilizar como arma de arremesso político contra o Município, contra o Poder Local em Almada aquilo que é a falta de cumprimento relativamente às responsabilidades e aos deveres que ao Poder Central e a mais ninguém incumbe cumprir e concretizar. Nesse sentido Sr. Presidente, aquilo que nós ao aprovarmos estas Moções continuamos a erguer bem alto é a disponibilidade deste Município para dialogar com lealdade e para reivindicar com firmeza. Mais uma vez também aqui na Loja do Cidadão essa atitude vai prevalecer."-----

7 - Não havendo mais pedidos de palavra entrou-se no Período da Ordem do Dia.-----

7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes, **(Conforme ANEXO XXXIII)**.-----

7.1.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum passou-se à votação, da Deliberação que foi aprovada por unanimidade, sendo o seguinte o texto aprovado:-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 53º, nº 1, alínea j), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 88º e seguintes aplicáveis do Título VI do Regimento da Assembleia, delibera constituir as seguintes Comissões Especializadas Permanentes e definir-lhes o objecto e a composição:---

Comissão nº 1 -----

Denominação: ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ACESSIBILIDADES -----

Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 CDS-PP -----

Mesa: Presidente PS, Secretário CDU -----

Âmbito de acção: Opções do Plano, Orçamento, Documentos de Prestação de Contas, Empréstimos, Posturas e Regulamentos, Transportes, Acessibilidades, Mobilidade, Habitação Social e PER.-----

Comissão nº 2 -----

Denominação: ACÇÃO SÓCIO-CULTURAL -----

Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 CDS-PP -----

Mesa: Presidente CDU, Secretário PS -----

Âmbito de acção: Cultura, Educação, Desporto, Juventude, Saúde e Questões Sociais.-----

Comissão nº 3 -----

Denominação: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO -----

Composição: 4 CDU, 3 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 CDS-PP -----

Mesa: Presidente CDU, Secretário PSD -----

Âmbito de acção: Ambiente, Higiene e Salubridade, Saneamento Básico, Urbanismo, Turismo e Desenvolvimento Económico.-----

Os Membros de cada Comissão, assim como os respectivos Presidente e Secretário são indicados pelos respectivos Grupos Municipais em consideração da composição e mesa prevista no número anterior.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Consideram-se válidas para todos os efeitos a indicação dos Membros feita pelos Grupos Municipais no início do presente mandato, assim como a instalação de cada Comissão.-----

A Conferência dos representantes dos Grupos Municipais fica responsável pelas questões da Segurança dos Cidadãos e da Protecção Civil, funcionando para estas matérias como Comissão Permanente aplicando-se designadamente o artigo 88º e seguintes do Regimento com as necessárias adaptações.-----

7.2 - Entrou-se nos pontos 3.2 e 3.3 da agenda, a Designação de dez Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e Designação de quatro Cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada.-----

7.2.1 - Foi assim declarado aberto o período de anuncio de candidaturas.-----

7.2.1.1 - A Mesa deu conta de uma proposta de Candidatura designada por Lista A, para designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada e respectivas declarações de aceitação dos novos Candidatos, (**Conforme ANEXOS XXXIV, XXXIV-A e XXXIV-B**).-----

7.2.1.2 - A Mesa deu conta de uma proposta de Candidatura designada por Lista A, para designação de dez cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e respectivas declarações de aceitação dos novos Candidatos, (**Conforme ANEXOS XXXV, XXXV-A e XXXV-B**).-----

7.2.2 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se as chamadas, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.-----

7.2.3 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.-----

7.2.4 - O Presidente anunciou o resultado das votações em que se registaram:-----

7.2.4.1 - Para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada registaram-se quarenta e quatro votantes, trinta e seis (36) votos sim; três (3) votos não; cinco (5) votos brancos.-----

7.2.4.2 - Para o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada registaram-se quarenta e três votantes (não exerceu o seu direito de voto o Deputado Municipal Manuel Batista), trinta e oito (38) votos sim; um (1) voto não; quatro (4) votos brancos.-----

7.2.5 - Nestes termos o Presidente proclamou eleitos:-----

7.2.5.1 - Para integrarem o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada os seguintes cidadãos: Dr.^a Maria Inês Machado Albuquerque e Castro; Dr.^a Maria Luísa Carmo Inácio Gueifão de Oliveira; Professora Cremilde Leocádio Burrica Nunes de Castro; Dr. João António da Silva Oliveira Reboredo; Sr. Mário José D'Araújo; Dr.^a Maria do Rosário Gonçalves de Vasconcelos; Sr.^a Maria Joaquina Almeida Batista Simões; Eng.^o Álvaro Rocha Martins; Dr. Luís Miguel Martins Cerveira Batista; Sr. Joaquim Manuel Salvação de Paiva.-----

7.2.5.2 - Para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens os seguintes cidadãos: Dr. Paulo Jorge Pinto Mota; Dr.^a Neuza M. S. Marques Alves Salgueiro; Dr.^a Fernanda Pinho Girão Batista; Dr.^a Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal (**Conforme ANEXO XXXVI**).-----

7.3.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----

7.3.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Permitam-me que como habitualmente fiquemos quer eu quer o Presidente dos Serviços Municipalizados à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar relativamente à Actividade que consta do documento em vosso poder e que se reporta aos meses de Janeiro e Fevereiro, para melhor rentabilizarmos o nosso tempo se for esse também o vosso entendimento agradecemos."-----

7.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; António Pedro Maco; Miguel Salvado; Fernando Pena, a Sr.^a Presidente da Câmara e o Sr. Vereador José Manuel Gonçalves - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS.-----

7.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

As questões que quero aqui colocar são no seguimento daquilo que faço sempre quando estamos a discutir este ponto, são algumas questões que me preocupam e não só a mim. Como vocês sabem nunca apresento aqui problemas que me preocupem só a mim. O primeiro aspecto que eu queria colocar e queria fazê-lo em termos de apelo, era que houvesse um olhar e uma resolução urgente de algumas passagens de peão que são umas passagens de peão onde a parte branca fica saliente da parte do alcatrão com o tempo e faz um desfasamento na ordem dos três, quatro centímetros e origina quedas incríveis com graves sequelas para as pessoas que caem naquelas passagens de peões. A que eu tenho mais presente é na Rua Cabo da Boa Esperança que é aquela rua que vai do Largo Comandante José Brás até ao Largo Filinto Elísio, aquela passagem de peão ali é quedas, não digo que sejam quedas todos os dias, mas há quedas com gravidade. O que eu gostaria, muito sinceramente, é que os Srs. Vereadores não me respondessem que registam com agrado a chamada de atenção, mas queria mesmo que resolvessem este problema, porque é um problema sério.-----

A outra situação que também já aqui tenho colocado é a questão da entrada do Hospital Particular de Almada. O passeio da entrada do Hospital está completamente levantado, há pedras da calçada um pouco por todo o lado, os pilaretes que têm aquelas correntes e que concordo que lá estejam para impedir que os carros estacionem em cima do passeio, contudo as correntes impedem o acesso das pessoas, nomeadamente as que são movimentadas em cadeira de rodas. Eu pedia um olhar sério em relação àquele espaço que quem usa com alguma frequência e durante algum tempo apercebe-se que as coisas não estão bem e nomeadamente agora com o passeio levantado tem um buraco que já se aproxima seguramente de um metro e meio com pedras todas levantadas. É um apelo que eu aqui deixo.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para terminar, se há coisas que eu não gosto e de certeza todos os que aqui estão não gostam é de ver fontes secas. E eu já tenho posto aqui alguns problemas, felizmente depois as fontes ficam reactivadas o que é muito bom, e neste momento temos já há algum tempo aquela fonte que é uma fonte invertida, não sei como lhe hei-de chamar, que é uma fonte que em vez da água vir no sentido descendente, tem uma queda no Largo Gabriel Pedro. Essa fonte, uma fonte invertida, eu acho que aquilo tem pouca graça, mas isso da arte não se discute, mas eu acho é que aquilo com água a correr ainda tem alguma utilidade, agora seca não tem a menor graça. Portanto era um apelo que também deixava. Agora vem o tempo quente e aquilo como está, inclusivamente há ali um problema de um escoamento, as águas estão ali a ficar paradas naquela zona e há aquela esplanada ali, bonita. Eu acho que aquilo merecia uma intervenção."-----

7.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
A questão que trazia aqui hoje fica-se apenas pela Rua Capitão Leitão, nomeadamente gostaríamos então de saber para quando o início das obras daquela instituição centenária que é a Academia Almadense. Foi colocado uma placa há uns meses atrás, nomeadamente em Setembro/Outubro o qual indicava o início dessas obras e as obras ainda não começaram. Acho até que fica um pouco desconectado com a obra que foi feita ao lado que, salvo seja, é uma boa obra para a cidade de Almada."-----

Aproveito também para questionar relativamente à Casa da Música, um pouco mais à frente. As obras também ainda não se iniciaram. E deixamos aqui como sugestão, gostaríamos também que fosse reactivado, visto que sempre foi, pelo menos eu lembro-me, eu nasci em Almada e lembro-me do wc Municipal que existe ali também na Rua Capitão Leitão. Esse wc está fechado há muitos anos, está completamente degradado e o CDS-PP gostaria de ver esse pequeno emblema da cidade de Almada ao qual existem poucos já por esse País, e gostaríamos que esse mesmo wc fosse reaberto."-----

7.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Mais uma vez para colocar algumas questões sobre o dia-a-dia do nosso Concelho, num dos pontos que eu acho que é dos mais importantes, porque discutimos realmente a nossa cidade, as nossas ruas, as nossas freguesia. Em relação aos graffitis na cidade a Câmara de Almada lançou um concurso o ano passado dos graffitis para tentar também combater este fenómeno, mas eu acho que requer outro tipo de medidas. Aquilo que a Câmara fez da pintura dos muros e do protocolo que assinou com as Juntas de Freguesia foi meritório mas tem que se continuar. A cidade e alguns sítios estão carregados de graffitis, o aspecto que dá muito mau, para quem entra na nossa cidade. Por exemplo, os Silos da Margueira é uma vergonha, um património municipal, o estado em que está de vandalismo, que tem graffitis que se vêem quase do Cristo Rei cá para baixo, é quase vergonhoso. E aquilo que se passa ali passasse pela cidade inteira. A nossa cidade está como está, acho que requer uma intervenção mais dinâmica e mais enérgica por parte da Câmara, porque dá muito mau aspecto. É um fenómeno



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

complicado, temos que lidar com atenção e dar a possibilidade àqueles que realmente fazem graffiti a sério, não àquelas marcas, e acompanhar este processo com alguma atenção.-----

Questão sobre os parques de estacionamento e os respectivos tarifários e o estudo económico desses parques em relação aos tarifários. Em que ponto de situação está essa questão? Denotamos que houve uma diminuição dos trabalhos nos parques de estacionamento, as obras avançaram muito depressa, agora parece que estão um pouco mais lentas, mas para quando a finalização desses parques? É só isso que pretendemos saber e o tarifário.-----

Em que situação está o Plano de Pormenor de Cacilhas na zona do Ginjal e Almaraz depois da apresentação pública que houve em Cacilhas e bem, em que ponto é que está? Qual é a situação? Para quando novos desenvolvimentos?-----

Em relação à Loja do Múncipe na Praça do MFA, temos notado e temos falado com pessoas que ali moram, que ali passam diariamente, comerciantes e notamos que não é uma loja nem é um sítio que tem grande utilização, talvez pelo estado em que está Almada, talvez pelo estado em que o centro da nossa cidade neste momento se encontra. Gostaríamos de saber se há dados do número médio de utentes diários desta Loja, até para sabermos se esta Loja realmente tem utilidade e qual é a utilização que tem por parte dos almadenses.-----

Gostaríamos também de saber em que ponto com algum detalhe se fosse possível, em que ponto está o Plano da Costa da Trafaria, que já aqui foi referido anteriormente, mas gostaríamos de saber em que ponto está e qual é a situação neste momento deste Plano em relação também aos moradores da Cova do Vapor.-----

Gostaríamos de saber o concurso para a pedonalização da Rua Cândido dos Reis também em que estado é que está, qual é a situação deste concurso?-----

Outra questão tem a ver com o projecto do forno crematório de Vale Flores que já foi apresentado, que inclusive já apareceu no Boletim Municipal como uma obra para ser realizada, se continua só em projecto, se já está em concurso, para quando o início da obra, visto que é um equipamento que não existe neste momento no Distrito de Setúbal, pelo menos na Margem Sul, e que cada vez mais é requisitado pelas pessoas, porque começa a ser um método cada vez mais utilizado na nossa sociedade.-----

E gostaria também de alertar aqui mais uma vez, neste caso espero que não se voltem a esquecer porque já em Fevereiro falámos disto. Isto é um pormenor, mas isto exemplifica a atenção que foi dada, que foi nenhuma, que é na Fonte da Telha no cruzamento da Fonte da telha junto à paragem do lado Sul de quem vai da Fonte da Telha para Belverde no sentido Fonte da Telha/Belverde, junto à paragem, aquela zona está cheia de areia no meio da estrada tem um buraco, a gente já falou disto, não sei quantas vezes, a Câmara sabe que isto existe, os carros têm que se desviar principalmente os que vêm no sentido em direcção à Fonte da Telha que se desviar porque a areia é mais que muita. Já falámos disto em Fevereiro, ninguém fez absolutamente nada e todos os dias as pessoas passam lá, todos os dias os carros e os autocarros têm dificuldade de se cruzar naquele local e o pior não é estar só lá a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

areia, porque aquilo é muita areia. O pior é que do outro lado há um paragem das camionetas, é uma paragem que é muito utilizada e como as camionetas ali não têm grande frequência as pessoas acabam por ficar muito tempo nos abrigos, no abrigo que está ali e ainda um dia destes vai haver um despiste, vai algum carro parar para cima da paragem e depois á uma desgraça. Porque a gente já falámos neste assunto e nada e fez, continuamos na mesma."-----

7.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Pela terceira Assembleia Municipal consecutiva eu gostaria de perguntar à Câmara Municipal sobre a veracidade ou não da afirmação de que as águas residuais do Hospital Garcia de Orta não sofrem qualquer tratamento.-----

Cinco meses depois de ter colocado esta questão penso que já houve tempo da Câmara Municipal de Almada obter a devida informação. Não é propriamente um assunto desprezível para o Concelho.-----

A segunda observação prende-se com aquilo que é a conservação do espaço público, designadamente na acumulação de lixo pelas ruas da cidade, é uma preocupação de há muito tempo do CDS, o CDS entende que a dotação orçamental para a conservação do espaço público é insuficiente, mas aquilo que também dentro da que existe podia ser feito não está a ser feito. Houve ali uma concentração de esforços em período pré eleitoral, mas passadas as eleições diluiu-se essa vontade de limpar algumas zonas da cidade ou das cidades, e é um problema sério que leva a que as pessoas não tenham gosto de andar nas ruas e isso já se sabe que quando não é a população a andar nas ruas, andam aqueles que as destroem e é o que acontece nos graffitis. Aliás, cada vez mais estou convencido que em vez de se ter investido numa empresa que persegue cidadãos, como a ECALMA, que é opção certa de polícia municipal, preveniria muitas destas circunstâncias.-----

Um terceiro aspecto que diz respeito aos sistemas de rega instalados no Concelho. Eu já não digo que se utilize a água da chuva, como acontece em muitos países ocidentais, penso que isso seria um percurso a fazer, mas há um grande desperdício de água, inclusivamente o sistema de rega a funcionar em dias de chuva. Recordo que é água potável e que sai muito cara aos cidadãos, além do mais essa rega que é feita em rotundas com frequência, transborda as faixas de rodagem e torna-se perigoso em termos de segurança rodoviária.-----

Uma quarta questão que também trago pela terceira vez prende-se, e ainda ontem ouvimos um cidadão também falar nisso, com a qualidade da sinalização horizontal. As pinturas que são feitas no asfalto são de muito má qualidade e desaparecem muito pouco tempo depois de serem feitas. Isso é perigoso e há zonas ali no Largo Filinto Elísio é muito confuso quando vêm carros com semáforo verde de dois sentidos perpendiculares e a linha contínua entre as faixas não se nota, e então em dias de chuva não se vê nada e gera alguma confusão entre automobilistas.-----

A última questão prende-se, eu sei, é provavelmente uma questão de gosto ou de falta dele, mas prende-se com a minha perplexidade para o caminho que está a ter a arte pública no Concelho de Almada. Eu não sei se é algum símbolo da decadência ou de algum símbolo do fim de ciclo, mas a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

opção sucessiva por peças enferrujadas e outras de, a meu ver, de gosto no mínimo duvidoso. E portanto há uma cativação de verbas que ainda é significativa para este tipo de arte pública e acho que Almada merecia melhor."-----

7.3.2.5 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Abreviando. Novamente me dirijo a todos. Queria deixar as questões dos Serviços Municipalizados para o Presidente dos SMAS. Dizer que vamos continuar a dar muita atenção a todo o tipo de lixo e durante todos os dias e todo o ano.-----

Relativamente à questão dos graffitis, dizer que de facto é um problema sério de Almada, das cidades todas de Portugal e do mundo, é um problema sério. Não é o graffiti, são as borradas que não é propriamente o graffiti. Estamos a ter intervenção e portanto já fizemos o 1º concurso, vamos continuar com este projecto, pensamos que também por aqui é importante procurar uma intervenção que dê resultados, uma intervenção que leve a que os jovens se interessem por este tipo de arte mais informal e os outros possam seguir o seu exemplo, mas também obviamente que existem as punições, portanto não se vêem mas as contra-ordenações que são levantadas, é preciso que a autoridade apanhe em flagrante quem está a fazê-lo. Mas isso também acontece. Mas é um problema sério, parece que ainda ninguém encontrou uma solução milagrosa para a resolver. De qualquer modo aí estamos, atentos, intervenientes, de uma forma pedagógica de dar valor a quem o tem e procurar ajudar a fazer caminho nas vocações que alguns dos jovens de facto têm e que são muito interessantes e de outras maneiras relativamente a outros. Também aplicamos o material anti graffiti em vários edifícios, etc., mas são soluções muito dispendiosas, muitíssimo dispendiosas. De qualquer maneira também por aí estamos a intervir de uma forma criteriosa, tem de ser, mas também é uma forma de intervenção.-----

Os parques de estacionamento. O estudo para chegarmos ao modelo de gestão e aos valores, etc., está em curso. Penso que dentro em breve teremos condições de ter resultados, não nos esquecemos daquilo que foi visto na Assembleia, portanto tudo isso está bem presente.-----

Queria dizer que os parques de estacionamento estão concluídos, estamos na fase da aquisição de equipamento e de alguns acabamentos de detalhe, estamos a trabalhar de modo a que tendo tudo feito e em condições de entrar em funcionamento, as decisões tomadas possamos avançar com a respectiva gestão, mas o processo está avançado, não se vê porque não há obra significativa, via-se muito quando se estava a fazer a obra do betão, das escavações, etc., portanto já passamos isso tudo, agora são pequenos detalhes e é o equipamento.-----

Relativamente ao Plano de Pormenor de Cacilhas e aos outros estão em desenvolvimento, portanto a seu tempo voltaremos aos fóruns de participação, estamos a trabalhar, estamos a andar e os fóruns de participação terão lugar oportunamente relativamente aos diversos Planos. Nós não temos só um Plano da Costa da Trafaria, temos cinco, e portanto também sobre eles a seu tempo voltaremos aos fóruns. Queria também dizer que em relação à Loja do Município, a Loja do Município faz parte do "Projecto Balcão Multi-Serviços, não é uma coisa isolada, a Câmara tem um projecto de modernização



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

administrativa onde esta abordagem existe a par do Ecocenter, etc., portanto há vários projectos que convergem no sentido da modernização, da agilização da resposta aos cidadãos e a diminuição cada vez mais da burocracia e resposta rápida aos cidadãos. Não está tudo implementado, era suposto que o Cartão do Cidadão, mas também não percebo, de vez em quando há decisões por parte da Administração Central, mas depois parece que se arrependem, não sei porquê. Por exemplo em relação ao Cartão do Cidadão eu fui contactada directamente pelo telefone pelo Sr. Secretário de Estado da Justiça, a seguir tivemos a respectiva entidade que tem o Cartão de Cidadão em contacto connosco, os diálogos, a proposta de Protocolo a estabelecer entre as partes, a decisão da Câmara, a comunicação e depois começa-se a dizer que se está à espera de decisão superior, está-se à espera do Ministério das Finanças, ainda não se sabe, e de facto isto é complicado porque nós queremos cooperar e nós queremos que isto seja uma realidade, mas depois somos assim apontados de vez em quando como aqueles que travam os processos e não querem que eles aconteçam. Eu quero que o Cartão de Cidadão aconteça, nós fizemos, está lá tudo preparadinho e conhecem e vieram visitar, tudo preparadinho, tudo de acordo entre as entidades a pedido do Secretário de Estado da Justiça. Vamos ver se vem se não vem. Se calhar é para não vir, não sei, desejo que assim não aconteça. Mas é isso e há outros projectos que também estão em desenvolvimento para aquele local. E dizer que está a ser interessante. Portanto, estas coisas não têm um resultado de um dia para o outro, como se há-de alcançar, com alguns tempo, mas as pessoas vão ali de uma vez só, tratam de uma conjunto muito amplo de questões e está-se a ampliar quer relativamente à Câmara quer para outras entidades.-----

Em relação à pedonalização da Cândido dos Reis, o processo está em curso, está em preparação, o processo de concurso havemos de voltar a Cacilhas, portanto, não queremos iniciar nada sem conversar. O Sr. Presidente da Junta também sabe disto, é uma questão de honra, é uma questão de honra, é uma questão que é fundamental porque vamos ter uma obra numa via e é preciso que todas as pessoas percebam que também deixem as suas preocupações, mas também percebam as soluções que estão encontradas para a fase da obra, mas está a andar, a seu tempo chegará ao terreno. Mas, antes de chegar ao terreno haverá a nossa deslocação a Cacilhas. Também queria deixar nota de que o forno, ainda bem que não vai ao cemitério, ainda é jovem não precisa de ir ao cemitério com a frequência que alguns de nós já lá vão, é bom, mas não está em projecto, nem está em concurso, está feito, estamos na fase já do equipamento, já foi feito o concurso, etc., a seu tempo estaremos a instalar o equipamento. É um projecto muito avançado que dentro de algum tempo estará a funcionar. Não sabemos como é que vamos fazer a inauguração, é complicado, mas temos uma ideia. É uma ideia séria e que penso que pode ter resultados interessantes.-----

Claro que nós podemos ir a todas, Deputado Salvado, assim hajam recursos. Falou do cruzamento da Fonte da Telha, certamente que isso está registado, agora não é o não ir, ou ir etc., é preciso resolver, se há um problema é preciso resolver. Mas que pena é que as entidades que têm tanto poder que apontam tanto o dedo a toda a gente e que têm tanta responsabilidade ali, porque nós não estamos a falar de uma via municipal, nós estamos a falar de uma estrada florestal, de um sítio que tem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

responsáveis, não tem caras, na Autarquia há caras, temos pena não haver as regiões para também haver uma cara regional a responder por tudo aquilo que não está no poder local. Mas nós o Vereador Rui Jorge ouviu novamente esta questão e agradeço que também possamos ver como é que os serviços têm isto.-----

Depois as questões que aqui foram trazidas pelo Sr. Deputado António Maco têm a ver com o projecto que temos em mãos e que é para ser concretizado em três anos e corresponde ao AlmadaVelha do novo Centro. Estão assinalados não só esses espaços mas também outros. É de facto uma questão fundamental no âmbito deste processo, é preciso assinalar os espaços que vão ser intervenientes, portanto nós teremos dentro destes três anos. É preciso fazer projecto, é preciso fazer concurso, é preciso trabalho. Os técnicos, os colaboradores, etc.. Nós decidimos mas depois eles têm que pôr de pé as coisas.-----

Dentro destes três anos nós teremos o AlmadaVelha do Novo Centro com muita coisa nova, inclusive a Rua Capitão Leitão. E no âmbito da Rua Capitão Leitão teremos a reformulação da Praça da República, haverá uma qualificação muito interessante em toda a Capitão Leitão e também envolverá a Praça da República, incluindo os sanitários, etc.. Vai haver uma transformação considerável e qualificadora de todo aquele eixo.-----

Depois, eu agradeço ao Luís Filipe, mas digo com sinceridade, registamos e agradecemos mas mais importante do que registar e agradecer é de facto que aconteça, mas também não se pode dizer o contrário disto. Há aqui uma questão que não pode passar apenas por um sítio que é esta história das passeadeiras, se há um problema identificado temos que perceber e ver como é que se resolve por todo o lado. Por vezes está apagado, por vezes está mais alto, são questões técnicas e dos profissionais, não são propriamente questões políticas, mas transformam-se porque se as pessoas caem lá estamos nós. Como as outras questões que foram aqui trazidas e que são importantes porque a questão da conservação permanente das Fontes está assegurada, tem que haver olhos não pode ser só os nossos, e tem que haver muitos olhos da população, dos Deputados, dos eleitos, dos trabalhadores, dos dirigentes, todos a olharem para que as coisas andem bem. E essa é a nossa mensagem permanente porque se andar bem é a Função Pública que é saudada, elogiada. É essa a nossa mensagem. Mas nós vamos levando também a mensagem a todos e registamos com reconhecimento e agradecimento os contribuintes."-----

7.3.2.5 - O Sr. Vereador José Manuel Gonçalves - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS:-

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Deputado Fernando Pena, a resposta à sua pergunta está na página onze e seguintes do documento de Actividade Municipal, sendo certo que é do nosso conhecimento, do conhecimento de todos que o nosso Município tem capacidade instalada para tratar a cem por cento as águas residuais e como pode verificar uma vez mais as quatro ETAR's do Município tiveram funcionamento pleno e os equipamentos que referenciou estão naturalmente adstritos a uma dessas ETAR's, no caso a ETAR do Valdeão."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.3 - Não havendo mais pedidos de palavra, encerrou-se o debate em apreciação da actividade municipal.-----

7.4 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N.º 15/X-1.º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 07/04/2010, sobre a "Alteração ao Regulamento dos Mercados" (**Conforme ANEXO XXXVII**).-----

7.4.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para apresentar a respectiva proposta.----

7.4.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Trata-se de uma alteração simples e pacífica como é dito na Proposta. Nós no actual contexto de crise em que vivemos as pessoas, os vendedores, os nossos mercados têm também problemas sérios e acontece que por vezes não conseguem pagar a sua mensalidade, a sua renda e quando isso acontece por mais de sessenta dias isto dá lugar a perda automática do lugar. Portanto, não pagaram mais de sessenta dias, perda automática do lugar. Depois para se conseguir atribuir não é possível, porque as condições que estão estabelecidas não prevêem este tipo de situação e por isso propõe-se que haja uma adenda no respectivo artigo, no artigo 4.º, número 2, uma adenda com esta redacção. O n.º 2 diz: "A concessão directa pode ocorrer sempre que..." e põe as situações, e propõe-se que seja acrescentada uma outra situação, "tenha ocorrido a extinção da concessão por rescisão ou caducidade baseada em falta de pagamento de taxas ou por falta de assiduidade com fundamento exclusivo em insuficiência económica devidamente comprovada de forma casuística."-----

7.4.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena.-----

7.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A expressão "devidamente comprovada", é suficientemente vaga. A pergunta é, o que é que irá ser considerado como devidamente comprovado. Embora como é de forma casuística, pareça que se pode aplicar critérios diferentes a pessoas diferentes.-----

Depois aproveitar esta proposta de alteração com uma justa preocupação por aqueles que não podem fazer os pagamentos por razões económicas. Também manifestar alguma perplexidade por aquilo que aconteceu no último 25 de Abril em que as pessoas que estão em dificuldades e que precisam fazer negócio para sua sobrevivência foram compulsivamente impedidas de trabalhar."-----

7.4.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta N.º 15/X-1.º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação

Considerando a grave crise económica e social que o País atravessa, que se reflecte na vida dos Cidadãos e no caso dos Mercados Municipais nos seus comerciantes retalhistas, o que pode causar dificuldades de pagamento das taxas ou faltas na assiduidade.-----

Considerando assim a eventualidade de falta de pagamento de taxas ou de assiduidade dos respectivos ocupantes, fundada em insuficiências de meios económicos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que importa ter em conta estas situações e desde que regularizados os débitos de taxas ou ultrapassada a situação temporária de insuficiência económica possibilitar aos comerciantes retalhistas recuperar o direito de ocupação da loja, banca ou terrado de que era concessionário.-----

Impõe-se assim alterar o artigo 4º, do Regulamento de forma a possibilitar a atribuição do direito de ocupação por concessão directa aos anteriores titulares do direito que tenham visto o mesmo caducar ou ser rescindido por falta de pagamento de taxas ou por falta de assiduidade devido a insuficiência económica.-----

Nestes termos e ao abrigo do disposto no artigo 53º, nº 2, alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a proposta da Câmara Municipal, alterando o artigo 4º, nº 2, do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, publicado no Diário da República nº 92, II Série, Apêndice nº 67/2005, de 12 de Maio de 2005, através do aditamento de uma alínea (alínea d)), com a seguinte redacção:-----

-----Artigo 4º-----

-----Direito de ocupação-----

2 - A concessão directa pode ocorrer sempre que:-----

- d) Tenha ocorrido a extinção da concessão, por rescisão ou caducidade, baseada em falta de pagamento de taxas ou por falta de assiduidade, com fundamento exclusivo em insuficiência económica devidamente comprovada de forma casuística.-----

7.5 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal Nºs 16/X-1º e 17/X-1º, aprovadas em reunião Camarária de 14/04/2010, de "Documentos de Prestação de Contas referentes a 2009" e considerou-se o Parecer do Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria em anexo, (**Conforme ANEXOS XXXVIII, XXXIX e XL**).-----

7.5.1 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

A Mesa colocava à vossa consideração a seguinte questão, há um Sr. Deputado do PSD que tem uma intervenção sobre o Relatório e Conta, mas amanhã não pode estar e pedia se havia possibilidade de fazer ainda hoje a sua intervenção. Eu por mim não vejo problema, diz que é uma intervenção relativamente pequena e se existir acordo dos presentes, a Sr.ª Presidente faria a intervenção de apresentação amanhã. Mas, colocar à consideração da Sr.ª Presidente e dos Srs. Deputados Municipais."-----

7.5.2 - Verificado o acordo usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais para produzir uma intervenção.-----

7.5.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Antes de mais, muito obrigado pela amabilidade, se bem que neste momento não vai ser feita uma apresentação da Sr.^a Presidente e portanto se calhar esta intervenção entrará um bocadinho a seco no assunto, mas pedia então a vossa compreensão para esta nossa intervenção em virtude realmente de infelizmente amanhã não me ser possível estar presente.-----

Sujeitos à análise desta Assembleia os documentos agora apresentados, iniciamos um balanço qualitativo e quantitativo daquele que foi o último ano do mandato anterior de maioria absoluta CDU, e o breve início, deste que ficará marcado com o insólito episódio novo - tempo que nos foi apresentado pela Sr.^a Presidente, e que um vocabulário informático informalmente se designa, o RESERT das Grandes Opções do Plano 2010.-----

O último ano de um mandato fica sempre naturalmente associado a uma análise absoluta dos seus resultados, mas igualmente ao escrutínio relacional de uma evolução comparativa entre os mandatos transactos e "saudavelmente" à elaboração de cenários futuros.-----

Os documentos agora em análise, elaborados indiscutivelmente no cumprimento estrito dos preceitos legais, trazem até nós uma pormenorizada informação das diferentes acções desenvolvidas pelos serviços, conferência das orientações políticas do executivo eleito.-----

Se do ponto de vista formal, os preceitos estão cumpridos muito fica a desejar no respeitante à efectiva qualidade dessa mesma informação.-----

Mapas comparativos entre objectivos quantificáveis e as reais acções não existem.-----

Não vale a pena insistir na tónica de que a informação é a exigida por lei, quando uma verdadeira análise de resultados comparados, não são possíveis de serem legíveis.-----

Neste contexto se aplicam, os factos concretos da inexistência do combate à desqualificação urbana, às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, à segurança ou ao desenvolvimento estruturado de uma base económica qualificada de forte pendor empreendedor, bem integrada na malha urbana e motor da requalificação do Concelho.-----

Um Poder Local afirmativo na sua região também deve ser em si próprio competitivo, inovador, criador de oportunidades, em equilíbrio com as suas funções sociais.-----

Importa neste período de Análise, fixarmo-nos e objectivarmos os reais resultados agora plasmados neste relatório.-----

Acompanhamos e ressalvamos sem qualquer prurido de cariz politiquero que não seja a partilha do desígnio, a que outros já chamaram paixão, do investimento em funções de educação, nomeadamente nos equipamentos, sejam esses oriundos do Poder Local ou Central. São investimentos reprodutivos, pois através dos mesmos construímos não só a dignidade do espaço físico mas também a dignidade do ser humano enquanto unidade de um todo em que o Conhecimento e a Inovação são cada vez mais factores diferenciadores nas Sociedades Ocidentais em que nos inserimos.-----

Acompanhamos e ressalvamos as preocupações com o desenvolvimento sustentável, com o ambiente, a energia, mas sem nunca esquecer a verdadeira e real mobilidade do cidadão, e não um qualquer



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

novo paradigma que não se traduza na terrena realidade da ainda Sociedade do Carbono em que vivemos.-----

Vivemos, frase já gasta pelo prolongado uso no tempo que dela vimos fazendo, uma crise, transversal aos factores económicos mas também de valores.-----

A integração no espaço europeu permitiu-nos abrir à partilha de recursos comunitários, trouxe-nos os Programas de Apoio Estrutural, exigiu-nos equilíbrio orçamental.-----

Num tempo recente, tão recente que só a velocidade dos últimos acontecimentos económicos nos poderá fazer esquecer, o maior partido da oposição alertou, e fez bandeira para a necessidade da moderação e priorização dos investimentos do Poder Central. Alertou para o desequilíbrio das Contas para o qual o País caminhava-----

Alertou para o facto de que as famílias seriam uma vez mais os elos frágeis da cadeia que poderia ceder.-----

No nosso partido a escala de prioridades está bem definida e no seu topo está Portugal.-----

No nosso Concelho, a necessidade e persistência do nosso trabalho pode não ser suficiente para vencer ainda os Actos Eleitorais mas as nossas prioridades estão bem definidas, e no seu topo está Almada.-----

Em devido tempo alertámos para a necessidade de encarar com realismo rubricas orçamentais como a Venda de Bens de Investimento. O resultado está à vista, com uma taxa de execução em 2009 de 2%, deixando assim a descoberto mais de sete milhões de euros de receitas, não realizadas.-----

Em devido tempo, alertámos para a necessidade de equilibrar o investimento que não com fins temporais eleitoralistas. O resultado está à vista, as despesas totais em 2009 são superiores às receitas totais em vinte e oito milhões de euros, o que, citando o parecer do ROC, contraria o POCAL (parágrafo 3.1.1, alínea e).-----

Em devido tempo, apontámos a necessidade de se efectuar e ponderar despesas em linha com o tempo e o paradigma que vivemos. O resultado está à vista, exemplo - no Monumento ao Trabalhador Naval - em despesas que, concordemos, nos afastam das boas práticas que em 2009 uma verdadeira gestão aconselhava.-----

Sabemos que muitas vezes a verdade não é agradável ou compatível com o politicamente recomendável, mas para o PSD em Almada, vamos continuar a trabalhar com verdade, sem calendários políticos para cumprir, ou agendas planeadas que não sejam ambicionar para o nosso Concelho o orgulho dos nossos concidadãos em ser Almada, querer Almada, viver Almada.-----

Minhas Senhoras e meus Senhores,-----

Em 2009, num só ano, o Saldo de Gerência do Município foi consumido em 75%.-----

O facto em si, poderia não ser motivo de critica se muito dificilmente conseguíssemos dissociar que este mesmo ano votámos para o Poder Local. Que neste mesmo ano, todos os investimentos deveriam ter sido escrutinados e ponderados, planeados e sustentados, que neste mesmo Ano continuamos a ver



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

definhar o tecido do pequeno comércio, que neste mesmo Ano prolifera a desqualificação urbana, que neste mesmo Ano a limpeza e a salubridade do Concelho foi uma constante.-----

A extrapolação dos resultados do exercício de 2009, e a primeira consequência real do mesmo, a contratualização de um empréstimo de dez milhões de euros no momento mais inoportuno e menos aconselhável, projecta-nos para uma necessária gestão ainda mais rigorosa, com investimentos reprodutivos com prejuízo da promoção de algumas actividades lúdicas ou de mera auto-propaganda.---

Oferecemos solidariedade e trabalho no momento em que os sinais de concentração e de focagem política nos são exigidos em oposição à demagogia fácil ou ao populismo.-----

Exigimos rigor e verdade aos responsáveis executivos que nos governam. Este é o PSD em Almada, este é o PSD em Portugal."-----

8 - Considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal por unanimidade decidiu interromper os trabalhos e continuar o Período da Ordem do Dia na reunião de dia 30 de Abril de 2010.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal); Sr.ª Sandra Carvalho (Lusa); Sr.ª Susana Mendes (Notícias de Almada) e de cinquenta e três Srs. Múncipes.-----

10 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria Amélia de Jesus Pardal; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias e Helena Maria Gomes Oliveira.-----

11 - Foi aprovada a Minuta da Acta.-----

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 30 de Abril de 2010.-----

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____